

Diário do Legislativo de 29/06/1999

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Anderson Aauto - PMDB

1º-Vice-Presidente: José Braga - PDT

2º-Vice-Presidente: Durval Ângelo - PT

1º-Secretário: Dilzon Melo - PTB

2º-Secretário: Gil Pereira - PPB

SUMÁRIO

ATAS

17ª Reunião Especial

5ª Reunião Conjunta da Mesa da Assembléia e da Comissão de Fiscalização Financeira

Reuniões de Comissões

ORDENS DO DIA

Plenário

Comissões

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

Plenário

Comissões

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ERRATA

ATAS

ATA DA 17ª REUNIÃO ESPECIAL, EM 17/6/99

Presidência dos Deputados Anderson Aauto, Márcio Cunha e

Doutor Viana

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Composição da Mesa - Destinação da reunião - Palavras do Sr. Presidente - Registro de Presença - Palavras da Deputada Federal Maria Elvira - Palavras da Sra. Maria José Vieira Feres - Palavras do Sr. Luiz Tadeu Leite - Palavras do Sr. Mauro Ribeiro Lopes - Palavras do Cel. PM Reny Miranda - Palavras do Vereador Betinho Duarte - Palavras do Deputado João Leite - Esclarecimentos sobre os debates - Debates - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Anderson Aauto - Durval Ângelo - Dilzon Melo - Gil Pereira - Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Patrús - Agostinho Silveira - Ailton Vilela - Alencar da Silveira Júnior - Álvaro Antônio - Ambrósio Pinto - Antônio Andrade - Antônio Júlio - Antônio Roberto - Bené Guedes - Bilac Pinto - Carlos Pimenta - César de Mesquita - Chico Rafael - Cristiano Canêdo - Dalmo Ribeiro Silva - Dimas Rodrigues - Dinis Pinheiro - Doutor Viana - Eduardo Daladier - Eduardo Hermeto - Elmo Braz - Ermano Batista - Glycon Terra Pinto - Hely Tarquínio - João Leite - João Paulo - João Pinto Ribeiro - Jorge Eduardo de Oliveira - José Henrique - Luiz Menezes - Márcio Cunha - Márcio Kangussu - Marco Régis - Maria José Hauelsen - Maria Olívia - Mauri Torres - Olinto Godinho - Paulo Piau - Rêmoló Aloise - Rogério Correia - Sargento Rodrigues - Sebastião Navarro Vieira - Wanderley Ávila.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Márcio Cunha) - Às 9h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado João Paulo, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Composição da Mesa

O Sr. Presidente (Deputado Anderson Aداuto) - A Presidência convida a tomar assento à mesa as Exmas. Sras. Deputadas Federais Maria Elvira, Esther Grossi, Iara Bernardi e Maria do Carmo Lara; os Exmos. Srs. Deputados Federais Átila Lira e Gilmar Machado; Luiz Tadeu Leite, Secretário da Justiça; Mauro Ribeiro Lopes, Secretário da Segurança Pública; Cel. PM Reny Miranda, Comandante do 22º Batalhão da PMMG, representando o Cel. PM Mauro Lúcio Gontijo, Comandante-Geral da PMMG; Vereador Betinho Duarte, 1º-Vice-Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte; Maria José Vieira Feres, Secretária Adjunta da Educação, representando o Secretário da Educação, Sr. Murílio Hingel; Maria Ceres Pimenta Espínola de Castro, Secretária Municipal de Educação; Deputado João Leite, Presidente da Comissão de Direitos Humanos, e Maria Cândida Caillaux, Diretora da Escola Estadual Sandoval de Azevedo.

Destinação da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se esta reunião a receber os representantes da Comissão Permanente de Educação, Cultura e Desporto da Câmara dos Deputados, que debaterão com representantes do Poder Legislativo, do Poder Executivo e demais segmentos da sociedade o tema violência nas escolas.

Palavras do Sr. Presidente

Não faz muito, o mundo foi sacudido por notícias sobre a violência nas escolas norte-americanas: uma série de atentados, em curto espaço de tempo, configurou quadro pouco animador sobre as novas gerações dos EUA.

Para os brasileiros, o ocorrido serviu para chamar a atenção para o fenômeno entre nós. Aqui, também, crescem a delinquência entre os jovens e a violência no meio estudantil, sobretudo nos centros urbanos. Só que, no nosso caso, a origem do problema reside na prolongada crise que estamos experimentando. Em decorrência da política econômica praticada pela União, escasseiam recursos para investir na área social. O binômio educação e saúde é colocado em segundo plano, e o desemprego toma conta da cidade e do campo. Assim, não admira que a juventude parta para o radicalismo como forma de manifestar a sua frustração.

É para analisar e debater o tema que estamos reunidos neste Plenário, atendendo indicação dos ilustres Deputados Federais Nilmário Miranda e Maria Elvira, representantes de Minas na Câmara Federal. Teremos oportunidade de ouvir autoridades no assunto, enquanto o debate estará franqueado ao público presente.

Estamos certos de que a Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, ao promover o evento, está, como sempre, contribuindo para o melhor amanhã da Nação brasileira. Portanto, agradecemos a todos que nos prestigiam com seu comparecimento e participação.

Registro de Presença

O Sr. Presidente - A Presidência registra a presença, neste Plenário, dos Exmos. Srs. ex-Deputado Estadual Raul Messias, Prefeito Municipal de Caeté; Antônio David de Souza Júnior, Secretário Adjunto Municipal de Educação; Vereadores Célio Moreira e Maria Lúcia Scarpelli; Cel. PM. Edgar, do Secretário Adjunto de Esportes; do Sr. Geraldo Ferreira Monção, Secretário-Geral do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos; das Sras. Ângela Paci, Secretária Adjunta de Indústria e Comércio; e Magda Campbel, representando a APPMG; do Prof. Aloízio Pimenta, ex-Reitor da UEMG; da Profa. Sara, Superintendente Regional da Delegacia de São Sebastião do Paraíso; da Sra. Maria de Lourdes Prata Pace, Presidente do Conselho Estadual da Mulher; do Sr. José Francisco da Silva, Subsecretário de Direitos Humanos da Secretaria da Justiça, Prof. Bonifácio José Teixeira, Pró-Reitor de Extensão, representando a PUC-MG; e de representantes de vários segmentos da sociedade.

A Presidência informa ao Plenário e à Mesa dos trabalhos que o Deputado Sebastião Costa, Presidente da Comissão de Educação desta Casa, não poderá comparecer, pois encontra-se acamado, em estado febril. Com a palavra, a Exma. Sra. Deputada Federal Maria Elvira, Presidente da Comissão Permanente de Educação, Cultura e Desporto da Câmara dos Deputados.

Palavras da Deputada Federal Maria Elvira

A Deputada Federal Maria Elvira - Bom-dia a todos os companheiros e companheiras presentes neste grande Plenário da Assembléia Legislativa de Minas Gerais. Permitam-me uma primeira palavra, um tanto quanto emocionada, pelo fato de tanto o Gilmar Machado quanto eu estarmos voltando a um Plenário onde militamos durante oito anos. É um momento muito feliz para nós, deixarmos a Câmara Federal e voltarmos às nossas raízes, ao início de nossa carreira política e partidária. Faço uma saudação muito calorosa a esta Casa, aos Srs. Deputados, aos funcionários e aos que nos ouvem nos gabinetes através do sistema de som. Quero dizer também uma palavra de agradecimento ao Deputado Anderson Aداuto, Presidente desta Casa, e à Mesa Diretora, pela oportunidade que propiciam à Comissão de Educação, Cultura e Desporto da Câmara Federal, aqui representada por cinco Deputados, e também à Comissão de Direitos Humanos, presidida pelo Deputado Nilmário Miranda, entusiasta desta reunião, que não pôde comparecer, por estar hoje presidindo uma sessão em que depõe o Diretor-Geral da Polícia Federal. Não tendo como se afastar de Brasília, telefonou há pouco, lamentando profundamente, e pediu que trouxesse sua saudação ao Presidente Anderson Aداuto, assim como a todos os presentes.

Nos últimos dias, em conversa com representantes da imprensa e com professores, as pessoas têm nos perguntado qual é nossa proposta para acabar com a violência nas escolas públicas. Efetivamente, não temos uma resposta pronta. Por isso, a Comissão formada por 56 Deputados efetivos e suplentes vem mais uma vez à Câmara, junto ao povo, aos diversos segmentos da sociedade, para ouvir e para buscar conteúdo para nossas propostas ao Governo brasileiro, aos Governos Estaduais, aos Governos municipais e a todos aqueles que pensam, que propõem e que repensam a educação brasileira. Com muita humildade, esta Comissão aqui está cumprindo seu papel constitucional e político de estar próximo às suas bases e ao pensamento popular, para que possamos bem representar os anseios do povo brasileiro no Congresso Nacional, na Câmara Federal.

Quero registrar a presença do Deputado Gilmar Machado, do PT, nosso companheiro de Minas Gerais, um dos mais bravos membros da nossa Comissão. Registro a presença da Deputada Federal Esther Grossi, do PT do Rio Grande do Sul, uma das maiores "experts" em assuntos ligados à aprendizagem e à alfabetização, que preside a Subcomissão de Alfabetização da Comissão Permanente de Educação, Cultura e Desporto. Registro também a chegada da Deputada Federal Iara Bernardi, de Sorocaba, São Paulo, também representante do segmento dos professores, uma liderança da área educacional. Quero registrar a presença do Deputado Federal Átila Lira, ex-Secretário da Educação, um dos seis que compõem nossa Comissão. O Secretário Átila Lira vem do Estado do Piauí, Nordeste brasileiro, com muitas idéias e com muita garra no nosso trabalho cotidiano da Câmara. Também presente, a Deputada Federal Maria do Carmo Lara, ex-Prefeita de Betim, entusiasta dos direitos humanos e da educação. Encontra-se também neste Plenário o Sr. Secretário da Justiça, Luiz Tadeu Leite, ex-Prefeito de Montes Claros, capital do Norte mineiro, cuja presença agradeço, pelo aporte que trará a este debate. Registro ainda a presença do Presidente da Comissão de Direitos Humanos desta Assembléia, Deputado João Leite, e, de uma forma também especial, do Deputado Márcio Cunha, que já foi atuante na área de educação, e da Profa. Maria José Feres, Secretária Adjunta da Educação, aqui representando o Secretário Murílio Hingel, que tinha um compromisso hoje na cidade de São Romão e não pôde mudá-lo, infelizmente. Quero registrar a presença da Polícia Militar, que é extremamente importante neste debate sobre segurança pública, juntamente com direitos humanos, justiça e educação. Nós todos, juntos, estamos fazendo o diagnóstico, mapeando o nosso País, observando índices, números, realidades. Naturalmente, a partir desse diagnóstico, dessa verdadeira radiografia da nossa saúde educacional, iremos, com o livre pensar de todos, construir, se Deus quiser, uma proposta para todos do nosso País, de forma a preservar as nossas escolas, para que elas possam cumprir a sua missão tão importante, não só constitucional, mas a missão de formar a cidadania do nosso povo, de construir o País que queremos para nós e para os nossos filhos, que passa, naturalmente, pela busca da justiça social, pela busca de dias de melhor qualidade de vida para todo o povo brasileiro.

Quero saudar os Deputados Estaduais presentes. Não tenho aqui a lista de todos, mas quero dizer que, no ano que vem, a ONU e a UNESCO promoverão o Ano Internacional da Cultura da Paz. Peço licença para dizer que esse movimento da UNESCO, a mobilização global para uma cultura de paz e não-violência, creio que deve ser um aporte importante para esse trabalho que estamos desenvolvendo aqui em Minas Gerais, hoje. No dia 30, teremos em Brasília a reunião do CONSED, com todos os Secretários de Educação do nosso País. A Comissão estará junto com o CONSED, discutindo e continuando esse trabalho.

Queria registrar a presença aqui do Vereador Betinho Duarte, representando a Câmara Municipal de Belo Horizonte. Nós o convidamos por uma razão ainda mais especial, pelo fato

de ele estar conduzindo um estudo na Câmara Municipal e em Belo Horizonte sobre a violência nos programas da televisão brasileira, a violência na mídia eletrônica. Acreditamos que ele terá um aporte importante para essa nossa discussão. Aproveito para anunciar que, no segundo semestre, a Comissão de Educação da Câmara estará se debruçando, de uma forma especial, sobre a questão da programação da televisão brasileira. Queremos discutir com a sociedade o fator deseducativo que essa televisão tem representado para as nossas crianças, para os nossos adolescentes, para as famílias brasileiras. Então, queria agradecer a presença do Vereador Betinho Duarte, dizendo que contamos com ele não apenas hoje, mas durante todo o tempo em que o trabalho for desenvolvido.

Gostaria de colocar aqui algumas idéias para um novo começo, que nasce agora, com o nosso desejo efetivo de trazer mais harmonia, de trazer paz às escolas e à sociedade como um todo. O ano 2000 precisa ser um novo começo para todos nós. Juntos podemos transformar a cultura da guerra e da violência em uma cultura de paz e não-violência. Para tanto é preciso que haja participação de todos. Assim, transmitiremos aos jovens e às gerações futuras valores que os inspirarão a construir um mundo de dignidade e de harmonia, um mundo de justiça, solidariedade, liberdade e prosperidade. A cultura de paz torna possível o desenvolvimento sustentável, a proteção do meio ambiente e o crescimento pessoal de cada ser humano.

Assine também o "Manifesto 2000". Já estamos conversando com o Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, Deputado Anderson Adauto, para que esse manifesto seja reproduzido e distribuído nas escolas e ao povo mineiro, em geral.

Que todos nos somemos à UNESCO nesse trabalho de levantar 100 milhões de assinaturas em todo o mundo pela cultura da paz. Muito obrigada a todos pela presença e pela atenção.

A Assembléia Geral das Nações Unidas proclamou o ano 2000 como o Ano Internacional por uma Cultura de Paz. A UNESCO é a responsável pela coordenação das atividades de comemoração do Ano Internacional por uma Cultura de Paz.

Um grupo de Prêmios Nobel da Paz esteve reunido em Paris para a celebração do 50º Aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos e juntos redigiram o "Manifesto 2000 por uma Cultura de Paz e Não-Violência". Norman Borlaug, Adolfo Perez Esquivel, Dalai Lama, Mikhail Sergeuevich Gorbachev, Mairead Maguire, Nelson Mandela, Rigoberta Menchu Tum, Shimon Peres, Jose Ramos Horta, Joseph Roblat, Desmond Mpilo Tutu, David Trimble, Elie Wiesel e Carlos Felipe Ximenes Belo estão entre os primeiros cidadãos a assinar o "Manifesto 2000". Junte-se a eles. Se Deus quiser, nos juntaremos todos.

O "Manifesto 2000 por uma Cultura de Paz e Não-Violência" foi escrito por um grupo de Prêmios Nobel da Paz, com o fim de criar um senso de responsabilidade que se inicia em nível pessoal, possivelmente nas escolas - não se trata de uma moção ou petição endereçada às altas autoridades.

É responsabilidade de cada um colocar em prática os valores, as atitudes e formas de conduta que inspirem uma cultura de paz. Todos podem contribuir para esse objetivo dentro de sua família, de seu bairro, de sua cidade, de sua região e de seu país ao promover a não-violência, a tolerância, o diálogo, a reconciliação, a justiça e a solidariedade em atitudes cotidianas.

O "Manifesto 2000" foi lançado em Paris no dia 4/3/99 e está aberto para assinaturas do público geral em todo o mundo. Para assinar, basta acessar o "site" <http://www.unesco.org/manifesto2000> ou enviar o seu compromisso pessoal a um dos escritórios da UNESCO no mundo. A Câmara Federal, por intermédio da Comissão de Educação, está também abrindo espaço para trabalharmos, com a UNESCO, no apoio ao "Manifesto 2000". A grande meta é apresentar 100 milhões de assinaturas à Assembléia Geral das Nações Unidas em sua reunião da virada do milênio, em setembro do ano 2000.

Aqui, o texto do "Manifesto 2000", que apresento, a seguir, aos presentes: "Reconheço a minha cota de responsabilidade com o futuro da humanidade, especialmente com as crianças de hoje e as das gerações futuras, eu me comprometo, em minha vida diária, na minha família, no meu trabalho, na minha comunidade, no meu país e na minha região, a: respeitar a vida e a dignidade de cada pessoa, sem discriminação ou preconceito; praticar a não-violência ativa, rejeitando a violência sob todas as suas formas: física, sexual, psicológica, econômica e social, em particular contra os grupos mais desprovidos e vulneráveis, como as crianças e os adolescentes; compartilhar o meu tempo e meus recursos materiais em um espírito de generosidade visando ao fim da exclusão, da injustiça e da opressão política e econômica; defender a liberdade de expressão e a diversidade cultural, dando sempre preferência ao diálogo e à escuta ao fanatismo, à difamação e à rejeição do outro; promover um comportamento de consumo que seja responsável e práticas de desenvolvimento que respeitem todas as formas de vida e preservem o equilíbrio da natureza no planeta; contribuir para o desenvolvimento da minha comunidade, com a ampla participação da mulher e o respeito pelos princípios democráticos, de modo a construir novas formas de solidariedade".

O Sr. Presidente (Deputado Márcio Cunha) - Ao cumprimentar a todos, gostaríamos de justificar a ausência do nosso Presidente, Deputado Anderson Adauto, que por outros compromissos teve de se ausentar.

Antes de passar a palavra para a Sra. Maria José Vieira Feres, Secretária Adjunta da Educação, representando o Secretário Murílio Hingel, gostaria de destacar a preocupação de todos os Deputados em relação à questão da violência na escola.

Essa questão tem sido debatida não só na Comissão de Educação, mas também pelo conjunto dos Deputados. Neste momento, quero fazer um agradecimento público à Deputada Federal Maria Elvira, porque foi através dela e de sua assessoria que encaminhamos um projeto a esta Casa que institui o programa interdisciplinar de participação comunitária para prevenção e combate à violência nas escolas da rede pública de ensino e dá outras providências. Tenho certeza de que esse projeto contribuirá efetivamente para que possamos, juntamente com a comunidade escolar, discutir, acompanhar e evitar inúmeros transtornos.

Apresentamos também, em conjunto com o Deputado Rogério Correia, um projeto que dispõe sobre a organização e o funcionamento do Conselho de Defesa Social, criado pelo art. 134 da Constituição Estadual, com redação dada pela Emenda nº 33.

Apresentei também uma proposta de emenda à Constituição que altera a composição do Conselho de Defesa Social, incluindo a Secretaria da Educação nesse Conselho, exatamente em função da situação que vivemos hoje, de muita violência nas escolas. Quero agradecer de coração a presença de todos vocês. Vejo aqui tantos educadores que têm uma trajetória tão bonita nesta área. Neste momento a nossa união é de fundamental importância.

Palavras da Sra. Maria José Vieira Feres

Sr. Presidente, inicialmente, quero louvar a iniciativa da Deputada Maria Elvira e do Deputado Nilmário Miranda, cumprimentar as autoridades que compõem a Mesa e registrar a presença de vários colegas professores, Superintendentes Regionais de Ensino, do Centro de Referência do Professor, enfim, senhoras e senhores educadores presentes neste Plenário.

A Secretaria da Educação vem acompanhando, discutindo e se posicionando em relação ao tema que a sociedade ou a mídia optou por chamar de violência na escola. Quando começamos essa discussão, ainda no início deste ano, partimos para algumas etapas. A primeira foi um diagnóstico. O que significa falar em violência na escola? É uma questão que não é só de Minas e do Brasil, mas do mundo. Há três semanas, eu mais oito Secretários da Educação participávamos de uma missão especial na França, e encontrei, numa livraria, uma coletânea, um estudo de psicólogos, pedagogos e professores franceses sobre a violência na escola.

Partimos, então, para o nosso diagnóstico. O que é esse diagnóstico? Primeiro, gostaríamos de compreender que não se pode falar em violência na escola sem falar em violência na sociedade. A violência, para nós, não é da escola, é da sociedade. E é claro que essa violência da sociedade se reflete na escola, porque a escola não é uma instituição à parte. Pelo contrário, é uma instituição pública, social, tem uma inserção na sociedade e recebe os reflexos dos problemas que a sociedade vive.

E qual seria o problema da violência da sociedade, que se reflete na escola? Passamos a compreender o seguinte (Falarei sobre essa questão rapidamente, e depois poderemos debater melhor.): vivemos hoje num mundo de muitas transformações, às portas do ano 2000. O chamado processo de internacionalização da economia, que muitos chamam de globalização - eu prefiro chamar de internacionalização -, com as políticas dele resultantes, particularmente a política neoliberal, acabam implicando uma nova forma de organização social e de

convivência humana em todo o planeta. São repercussões que atingem toda a humanidade.

Que tipo de repercussões? Na área social, podemos dizer, sem medo de errar, que há um crescimento exagerado do processo de exclusão social, um crescimento talvez mais perverso que aquele que ocorreu no século XVIII, durante a acumulação capitalista, chamada industrial. Hoje há uma exclusão maior do que aquela que se configurava durante os primórdios da Revolução Industrial. Essa exclusão social tem consequências, evidentemente. Ela se reflete no desemprego, na falta de perspectiva e, portanto, numa vida menos decente para o ser humano.

Além da exclusão social, entendemos que outra implicação dessa reorganização do mundo encontra-se na área da formação de valores. Talvez mais séria que a política neoliberal seja uma nova cultura que vem se forjando, que vem sendo transmitida pelos meios de comunicação de massa e que leva a sociedade, os seres humanos, a uma formação de valores do tipo individualista. Sob o rótulo da modernidade, da individualidade, cresce, de fato, o individualismo. A embalagem é sempre muito bonita, e o resultado é sempre muito concreto. No rótulo da individualidade cresce o individualismo. Sob o rótulo de progressista ou de mais progresso cresce a competição e, dentro dela, o espírito de competitividade.

Um historiador inglês, Eric Hobsbawm, disse que chegamos a uma situação que ele denomina de um individualismo "associal" absoluto. E é claro que isso se contrapõe a outros valores, opostos a esses, como solidariedade, senso de coletivo, enfim, perspectiva de vida.

Entendemos que vivemos hoje uma crise muito séria, que não é só uma crise econômica, é uma crise ética, uma crise moral, uma crise de valor. E é uma crise de valor até porque as pessoas acabam por se submeter a uma lógica, que é a do mercado. E a lógica do mercado acaba transformando a todos em mercadoria, e cada vez valendo menos. Ao mesmo tempo, há a lógica do consumo, que nos leva, muitas vezes, à compreensão - e é isso que os meios de comunicação de massa transmitem - de que as pessoas não valem pelo que são, mas pelo que têm.

Nessa perspectiva, vivemos uma situação em que as pessoas estão perdendo o senso do coletivo. Com isso, perde-se a perspectiva, perde-se a esperança e perde-se a convivência com o sonho e com a possibilidade do futuro. Essa é uma grande violência.

É a violência a que vem sendo submetida a humanidade e contra a qual esta precisa insurgir-se. É claro que isso reflete na escola, nas nossas crianças e adolescentes. Filhos de pais desempregados são incentivados o dia inteiro a consumir determinadas marcas, não serve qualquer marca. E eles não têm renda nem padrão de vida para praticar esse consumo. Esse é um diagnóstico grosseiro. Depois, poderíamos discutir o assunto com calma. Já temos algumas páginas escritas sobre o assunto. É claro que tudo isso reflete na escola, em nossas crianças e adolescentes. Mas a escola não pode dizer que o problema é social e que não tem nada com isso. Muito pelo contrário. Cada escola deve discutir essa situação social e apontar alternativas para nossas crianças e adolescentes.

Por isso, a Secretaria da Educação de Minas Gerais tomou algumas iniciativas. A primeira foi propor a outros setores do Governo, sob a coordenação dessa Secretaria, um programa que estamos chamando de Agenda da Paz. Estamos discutindo esse programa de forma articulada com as Secretarias do Trabalho, da Justiça, de Direitos Humanos, da Segurança Pública e com a Polícia Militar, partindo do pressuposto de que, de acordo com nosso entendimento, as políticas públicas devem agir de forma articulada na área social, para que, de fato, tenhamos uma ação orgânica, efetiva e eficaz.

Esse grupo tem se reunido. É o grupo que compõe a direção do programa Agenda da Paz. Algumas ações já foram propostas e estão em andamento. A primeira foi a ampliação desse programa para a sociedade civil organizada. Também é muito importante entender que uma questão dessa gravidade, com essa dimensão, que não é apenas pontual ou localizada, tem que ser entendida e administrada, junto com o Governo, pela sociedade. Então, o programa Agenda da Paz tem também um comitê maior, que é composto por pessoas do Poder Judiciário, da Promotoria da Infância e da Juventude, da Pastoral do Menor, do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, dos pais, da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas - UBES -, pela Comissão de Saúde da Assembléia Legislativa - já tive a oportunidade de dizer isso antes -, e por várias outras entidades. Não vou me estender, porque só tenho 15 minutos. Desculpem-me, porque estou esquecendo vários nomes, mas o programa continua aberto à participação de toda a sociedade organizada que queira fazer conosco o que estamos chamando de "mutirão da paz": Governo e sociedade unidos por uma melhor condição na escola e na sociedade.

Na Secretaria da Educação, o programa Agenda da Paz está desenvolvendo basicamente três ações. A primeira é de cunho pedagógico junto às escolas e tem um material que será distribuído. Ontem, tivemos uma reunião com todas as 41 superintendências do Estado. Todos os superintendentes já estão cientes de que estaremos distribuindo um material para incentivar a escola dentro das suas condições, com suas características próprias, com sua identidade, sua autonomia, sua proposta pedagógica, levando-as a uma discussão sistemática de alguns eixos temáticos. Evidentemente, isso não significa a abolição dos conteúdos curriculares. Aliás, para nós, esses conteúdos têm que ser permanentemente não perpassados, mas integrados com esses eixos temáticos, seja em Português, em Matemática, em História, em Geografia, enfim, em qualquer disciplina. Entre esses eixos temáticos, estamos destacando a questão da solidariedade, do senso do coletivo, da justiça social, da cidadania, da ética, que é o primeiro tema, da responsabilidade social. Enfim, são dez temas que as escolas discutirão com seus alunos, dentro de suas características próprias, mas de uma forma orientada pela Secretaria.

A segunda ação é fortalecer as escolas na criação dos grêmios estudantis. Entendemos que é preciso recuperar a energia do estudante, a energia do adolescente para a participação social, para a participação na cidadania, para a participação cultural. Daí, então, teremos o incentivo para se criar, para se voltar a estruturar os grêmios estudantis. Deve ser publicada amanhã, ou no máximo até segunda-feira, no "Minas Gerais" - já está assinada pelo Secretário Murílio Hingel - a resolução que orienta as escolas a facilitarem a organização dos grêmios. É claro que os grêmios devem ser organizados pelos estudantes, com as suas próprias características, dentro das leis que regem a escola, mas a iniciativa deve ser do estudante. A resolução visa, além disso, incentivar os Diretores de escolas a dar todas as condições para que esses grêmios sejam organizados.

E a terceira ação, já em andamento, é o que estamos chamando de Agenda da Paz do Ano 2000. Ouvi o "Manifesto 2000", que foi lido pela Deputada, e achei uma iniciativa fantástica. A idéia da agenda é um similar. Como o programa se chama Agenda da Paz, estamos também publicando no "Minas Gerais", até segunda-feira, a resolução do Secretário que normatiza em todas as escolas estaduais um concurso para se fazer uma agenda para o ano 2000, que seja a Agenda da Paz. Esse concurso vai ser aberto em todos os níveis de ensino, evidentemente que em modalidades diferentes. No ensino fundamental, com sentenças e desenhos; no ensino médio, com textos; e os melhores desenhos, as melhores sentenças, as melhores ilustrações e os melhores textos serão premiados pela Secretaria da Educação e passarão a compor, sendo publicados, a Agenda do Ano 2000, que vai ser a Agenda da Paz. Se tudo correr bem faremos o lançamento dessa agenda em outubro, na Semana da Criança. Ou então, até o final do ano teremos a agenda publicada pela Secretaria para ser distribuída em todas as escolas, em todos os organismos comprometidos com a educação, com o objetivo de marcar o ano 2000 como o ano da paz e como um meio de fazer a escola ter estímulo para a discussão desse tema por meio de concurso e por meio do que existe de melhor na criança e no adolescente, que é a expressão da cultura, a expressão da língua, a criatividade. Enfim, para os alunos demonstrarem qual é o seu imaginário, qual é sua criação sobre a paz. Esperemos que isso tenha uma grande repercussão e que as escolas se engajem nesse processo.

E, para terminar, gostaria de dizer que a Agenda da Paz não se esgota nessas ações. É um programa que deve estar permanentemente aberto a todas as inovações, a outras ações, porque, como educadores, não temos a menor ilusão de que vamos resolver essa questão apenas com essa iniciativa e já neste ano. Temos que estar permanentemente engajados dentro de um processo educativo global para garantir, de fato, que a escola, as crianças e os adolescentes, possam participar desse processo.

Queria também chamar a atenção para que a proposta pedagógica da escola contemple o programa Agenda da Paz no seu dia-a-dia. As escolas já trabalham nessa perspectiva, há experiências inovadoras, mas temos insistido na importância de uma escola prazerosa, de uma escola alegre, de uma escola que trabalhe na perspectiva da criança, que saiba transmitir o conhecimento, mas que, além de transmitir o conhecimento, saiba que está formando um ser humano integral, que saiba trabalhar a lei do cognitivo, a afetividade, a sexualidade, a cidadania, enfim os valores da formação integral do ser humano.

Sabemos que essa não é uma tarefa fácil, não é exclusiva da educação - daí, o programa articular-se com outras políticas públicas e com a sociedade -, mas sabemos também que é um desafio que temos obrigação e disposição para enfrentar.

Para encerrar, costumo dizer que temos permanentemente nos lembrado de Paulo Freire. Entre várias observações, há uma sentença que gosto muito e que diz: "Educar é um ato de coragem, de amor e de esperança". E esperamos que os educadores e todas as pessoas de boa-vontade na sociedade envolvidas nesta luta possam, de fato, ter sucesso: com muita coragem, muito amor e muita esperança. Muito obrigada. (- Palmas.)

Meu caro Deputado Márcio Cunha, que preside esta reunião; nosso colega Secretário da Segurança Pública Mauro Lopes; Deputados Federais Maria Elvira, Gilmar Machado e Ester Grossi, em nome dos quais saudamos os demais presentes; senhor representante da Polícia Militar; educadores e educadoras; Vereador Betinho; Deputado João Leite, Presidente da Comissão de Direitos Humanos desta Casa; demais colegas Deputados Estaduais; minhas senhoras e meus senhores; trago do Governador Itamar Franco a sua grande preocupação, neste momento, com esse assunto, que preocupa também os educadores, os fazedores de cultura, aqueles que têm relacionamento direto ou indireto com as escolas e com a formação dos cidadãos. A sua satisfação é por a Assembléia estar sendo sede deste encontro, cuja iniciativa é da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, da bancada federal mineira, que representa tão bem nosso Estado no Congresso Nacional, neste momento em que o assunto está motivando, de forma tão pungente, as opiniões públicas mineira e brasileira.

O assunto que nos leva nesta manhã a conversar, ao que nos parece, tem uma origem, uma razão muito simples, cujo desdobramento está gerando graves conseqüências. Buscando os jornais locais dos últimos dias, vemos freqüentes abordagens do assunto. Pegamos apenas alguns deles para ilustrar o tema que nos é trazido para discussão nesta Casa.

São manchetes de vários jornais do País. "Violência Crescente - Enquanto nos Estados Unidos adolescentes tentam explodir uma escola, no Brasil detonam banheiros"; "Bombas explodem em três escolas públicas"; "Aluno é preso em flagrante por porte ilegal de explosivos"; "Violência paralisa aulas em escola estadual em Ribeirão das Neves"; "Três bombas caseiras explodem escolas de BH"; "Estudantes são detidos com revólver em escola do Barreiro de Cima"; "PM recebe denúncias de armas em escolas"; "Estudo aponta banalização da violência"; "Estudante é morto a facadas na rua"; "Pesquisa revela que violência toma conta de escolas mineiras"; "Escolas são alvo de ladrões na Grande BH"; "Pistola automática na escola"; "Intenção é só suspender provas, diz Capitão"; "Violência nas escolas não é epidemia", essa é uma referência caminhando para uma proposta de solução, é uma matéria da "Folha de S. Paulo" em que o assunto chegou à Secretaria de Direitos Humanos. O Dr. Oscar Vilhena em um parágrafo resume, a meu ver, grande parte das causas desse assunto em foco nesta manhã. Oscar Vilhena afirmou que a violência nas escolas já é grande há muito tempo, sendo reflexo da violência da sociedade. Ele citou a bebida alcoólica, as drogas, a facilidade de conseguir armas de fogo e o desemprego de 20% da população economicamente ativa de São Paulo - aqui, ao que me parece, é maior - como responsáveis por essa situação.

Outro aspecto da questão é que o papel social dos pais não está sendo cumprido. O não-cumprimento do papel social dos pais de garantir formação para os seus filhos seria uma das causas para o crescimento da violência nas escolas, na opinião do sociólogo Rodart Ricci. E um artigo do Prof. Antônio Carlos Gomes da Costa, que para mim é um dos que mais entendem da questão da violência infantil, da criminalidade infantil, mostra que escola aberta é solução para a violência. O Prof. Antônio Carlos, mineiro, hoje é uma referência internacional na questão de menores infratores, na questão do atendimento ao adolescente. Ele mostra que a escola está entrosada com a sociedade, está vivenciando o problema da sociedade, e a sociedade, dentro da escola, pode ser a principal iniciativa.

O que vemos hoje é a banalização da violência nas nossas casas. Hoje, na sala da nossa casa, temos o maior dos educadores - para a nossa tristeza, muito mais do que a professora, muito mais do que a Igreja, muito mais do que os formadores de opinião nas nossas comunidades: a televisão. Ela é quem forma as nossas famílias hoje. A televisão, que entra em nossas casas sem a nossa ordem, e é ridículo pensar que, se quisermos, desligamos o canal, porque não estamos em casa o dia inteiro, os nossos filhos estão. A televisão é que tem formado, desculpe-me, deformado as nossas crianças. As nossas crianças passam 4 horas por dia nas escolas e 8, 9 horas na frente da televisão, desaprendendo aquilo que aprenderam dentro das escolas. Hoje, não temos uma legislação, e longe de mim pensar em censura para conter a liberdade total dos meios de comunicação de colocar dentro de nossas casas aquilo que não queremos que coloquem. A televisão tem trazido, basicamente, as informações da aldeia global que é o mundo inteiro, mostrando que a violência nas escolas nos Estados Unidos pode ser um bom chamariz para que se pratique a mesma espécie de violência em nossas escolas.

A cultura dos pais que, erroneamente, acreditam que, tendo arma na mão, estão mais protegidos. Essa cultura equivocada é transferida para os filhos. E grande parte das armas que chegam às escolas, a meu ver, não é o filho que rouba ou que tira do pai sem seu consentimento. Alguns pais que podem achar que dar o telefone celular para o filho poder se comunicar de onde estiver é uma forma de proteger. Talvez até seja. Muitos pais também acham que entregando arma ao filho - até uma automática foi encontrada numa escola aqui - é uma maneira de vê-lo protegido ou com a chance de se proteger na hora em que houver uma agressão iminente. É um equívoco, que nasce do pai e passa para o filho, achar que a proteção advém do porte de uma arma. Pensamos que quanto a isso, uma das possibilidades de redução substancial dessa violência, é o projeto de lei que está no Congresso Nacional desarmando a população. E me parece até que já é medida provisória, o que poderá fazer com que diminua a possibilidade de esses jovens estarem armados e levarem as armas para as escolas. Mas é preciso haver um pacto entre a escola e os órgãos de Governo, para que todos trabalhemos em conjunto com o objetivo de reduzir os índices de violência, de estancá-los.

Sou otimista, e acredito que esse não é um problema para perdurar por muito tempo. É um modismo, é um momento. Se nós - Polícia Militar, Secretaria da Segurança, Secretaria da Educação, Secretaria da Justiça, Assembléia Legislativa, Congresso Nacional - encontrarmos uma forma de nos acumplicirmos ante o problema, cada um fazendo a sua parte, vamos ter iniciativas que rapidamente deverão reduzir o tamanho do problema que se apresenta.

Na verdade, grande parte dessa violência que vai para as escolas, vem de casa. Uma criança que na escola se mostra violenta, com certeza, em casa não é boazinha. O cidadão vai para a escola para ser formado, ressocializado. As escolas públicas têm uma função muito mais ampla do que ensinar a ler, escrever e contar. E todos nós sabemos disso. A formação do cidadão tem na escola a sua principal motivação.

Tomo a liberdade de apresentar para vocês uma pesquisa feita em uma escola de Belo Horizonte, Centro Educativo Cândida Cabral no Alto dos Pinheiros e que me foi passada pela Prof. Ivone Cabral, que está aqui. Ela permitiu que eu apresentasse os dados, e o faço porque os considero elucidativos do assunto que estamos tratando nesta manhã. A pesquisa foi realizada na escola citada, com alunos da 8ª série, ensino fundamental, primeiro turno. Para a pergunta "Seu pai é agressivo?", 76% dos alunos responderam "sim". E para a pergunta "Sua mãe é agressiva?", 97% dos alunos responderam "sim", até para a minha surpresa. E para a pergunta "você se considera agressivo", 51% dos entrevistados responderam "sim". A propaganda pornográfica é apoiada por 29% dos entrevistados. Sobre o que se espera da escola, se ela vai formar ou não, paradoxalmente, a resposta é positiva, pois 76% dos pesquisados acham que vão ser bem formados na escola. E 12% acham legal danificar a escola. Na pergunta "Você tem amigos e o que acha deles?", 47% responderam positivo. 94% desaprovam o uso de drogas. Não me responsabilizo pela técnica da pesquisa, porque não participei dela. Os números podem não ser os mesmos, se fizermos uma pesquisa mais profissional, mas ela nos dá uma amostra de como a violência está banalizada. Isso dá a nós uma amostra de como a violência nasce nas famílias. É tão espontânea a resposta de que se sua mãe e seu pai são agressivos, você também é agressivo, que se leve isso que você é para a escola!

É preciso que a escola amplie cada vez mais o sentido da sua formação. A formação moral e espiritual do cidadão, como um todo, precisa ser, evidentemente, mais bem cuidada.

Existem algumas providências que, por razões de economia, o Estado suprimiu ao longo do tempo. No meu tempo de criança, em grupo escolar - como se chamava naquela época - havia a figura de um inspetor, um vigilante, não sei bem o nome. Era um cidadão, um funcionário que era o responsável pelo relacionamento dos alunos uns com os outros e com os professores. Era um inspetor, um guarda, um vigilante, não sei bem a denominação melhor que se dá hoje, mas era alguém a quem todos os alunos respeitavam muito. Parece-me que, por questões de economia, nem todas as escolas hoje têm essa estrutura de vigilância.

Lembro-me de que, quando fui Prefeito em Montes Claros, até a figura do guarda foi eliminada nas escolas, porque o Estado não pagava. Antigamente, existia nas escolas um guarda, que era pago pelo Estado. Por razões de economia, o Estado suprimiu esse funcionário de seus quadros. Todos nós sabemos que o Estado vive hoje graves problemas financeiros. Sei disso porque em Montes Claros, como Prefeito, durante algum tempo, o município pagou o contrato de guardas para escolas, até mesmo para as estaduais. Essa não foi uma supressão feita nos últimos meses. Ao longo do tempo, foi ocorrendo a supressão do guarda da escola.

Diante da violência externa, que é muito grave, não havendo guarda para tomar conta do prédio, às vezes gasta-se muito mais reformando escolas estaduais e municipais do que o que se gastaria pagando o salário para esse cidadão tomar conta.

No momento em que dentro da escola só há as professoras e a direção e não há alguém responsável por essa vigilância, o aluno, evidentemente, fica solto, dá vazão à sua sensação de liberdade e de poder. O poder para muitos é completado com armas. Essa cultura do pai passa para o filho e o filho, a leva para a escola.

Conclusão da nossa modesta e despretensiosa participação neste encontro: é preciso que a escola se revigore, remodele o seu estilo, que se preocupe com o cidadão como um todo, e não apenas com a parte educativa, fornecendo ao aluno instrução, conhecimento, mas também informações de ordem moral e ética para que ele se sinta mais responsável pela própria segurança dentro da sociedade.

Iniciativas como a da Polícia Militar, a dos Anjos da Escola e também iniciativas da Secretaria da Educação buscando formas de minimizar o problema são louváveis. É necessário retirar as armas das mãos da população, isso tem de ser radical. Sou radicalmente a favor de que se tirem das mãos da população civil as armas, porque está provado que essas armas levam ao crescimento da violência.

Tenho a impressão de que em curto prazo teremos a redução, se não total, pelo menos em grande parte, da violência nas escolas. Muito obrigado.

Palavras do Sr. Mauro Ribeiro Lopes

Caro amigo Presidente Márcio Cunha, Deputada Maria Elvira, Deputado Gilmar Machado, Deputada Esther Grossi, Srs. Deputados Estaduais, Sra. Secretária Adjunta da Educação, Deputado João Leite, Deputada Maria do Carmo, Secretário de Justiça, Tadeu Leite, demais membros da Mesa, senhoras e senhores, Dr. Aloísio, ex-Reitor da UEMG, demais autoridades presentes, o tema violência nas escolas é complexo, gerador de controvérsia, sobre o qual poderíamos escrever obras literárias, sem o propósito e a impropriedade de discuti-lo isoladamente.

A secretaria de Estado da Segurança Pública, no ano em curso, por meio do grupo interinstitucional indicado pelo Sr. Governador do Estado de Minas Gerais, Dr. Itamar Franco, e com a presença marcante do nosso Conselho da Segurança Pública, preocupado com a prática dos atos infracionais, com suas consequências e com a necessidade de instrumentalizar a justiça da infância e da juventude na aplicação das respectivas medidas sócioeducativas ou proteção, criou, mediante a Resolução nº 6.357, no dia 17/5/99, a Divisão de Orientação e Proteção à criança e ao adolescente.

Em nome da modernidade, e com advento do Estatuto da Criança e do Adolescente, dando fim ao que restava do extinto e criticado Código de Menores, desmembrou a Delegacia Especializada de Orientação a Menores em Delegacia Especializada de Orientação ao Adolescente, Delegacia Especializada de Proteção à Criança e ao Adolescente e Delegacia Especializada do Plantão Interinstitucional.

Com a globalização e anteveendo a necessidade de instrumentalizar a polícia judiciária na atuação dentro e fora das escolas, sabiamente diz o legislador, no art. 4º da referida resolução:

"A Delegacia Especializada de Proteção à Criança e ao Adolescente é a unidade destinada a exercer atividades relacionadas com medidas de proteção à criança e ao adolescente, quando seus direitos forem ameaçados ou violados, competindo-lhe:

I - prevenir e controlar os estímulos mesológicos à delinquência infanto-juvenil, promovendo programas de profilaxia infracional;

II - colaborar na orientação, no encaminhamento e na reeducação da população infanto-juvenil, carente ou em erro social;

III - exercer permanente vigilância sobre a população infanto-juvenil, promovendo as medidas de proteção e segurança cabíveis, fiscalizando estabelecimento de diversões públicas e similares, em estreita colaboração com a Justiça da Infância e da Juventude;

IV - evitar, concorrentemente com as demais Delegacias de Polícia, a exploração de criança e adolescente através de mendicância, lenocínio, corrupção ou práticas similares, promovendo a apuração das responsabilidades do infrator.

É uma unidade policial com idéias e ações avançadas, abrangentes e em perfeita consonância com a ótica da frente de defesa dos direitos e também deveres da infância e da juventude."

Quero também, neste momento, dizer que nomeamos para essa divisão o Dr. Dagoberto, que ali se encontra. Também está ali o Dr. Nilton Ribeiro, que é o Superintendente-Geral de Polícia Civil, homem de larga experiência, que tem dado todo o apoio, na sua Superintendência, à divisão recém-criada. O Dr. Dagoberto é um Delegado muito experiente nessa área, está trabalhando junto com a Secretaria de Justiça, permanentemente, junto com o Juizado de Menores. Está fazendo um trabalho excelente em Minas Gerais.

Ainda antes de entrar no âmago do tema proposto, citaremos a Lei nº 8.069, de 13/7/90, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, como base jurídica a sustentar atuação policial direcionada à nossa clientela alvo, "in verbis": "Art. 2º: Considera-se criança, para os efeitos desta lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente, aquela entre doze e dezoito anos de idade".

"Art. 103: Considera-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal".

Citaremos, a seguir, dados referentes às ocorrências registradas em escolas da Capital, de janeiro a maio deste ano: arrombamentos, 166; danos (depredações e pichações), 62; bombas, 51; porte ilegal de armas, 17.

Queria até lembrar o seguinte: droga e arma não nascem nas escolas. Elas são levadas para as escolas. Então, as famílias deviam colaborar nessa parte. Saber com quem os seus filhos andam, verificar também as suas mochilas todos os dias. Tenho certeza de que isso ajudaria e muito.

"Principais reclamações apresentadas por Diretores de escolas, em visitas realizadas pela Polícia Civil, através da Superintendência de Polícia Metropolitana e da Divisão de Orientação e Proteção à Criança e ao Adolescente, com observação de que, por se tratar de reclamações relativas a datas passadas, uma grande parte, por tentar soluções administrativas, no âmbito interno do estabelecimento, não foi objeto de ocorrência de natureza policial, não foi levada ao conhecimento da polícia: 1 - danos (depredações e pichações); 2 - ameaça de gangues; 3 - uso de drogas; 4 - arrombamentos; 5 - furtos e roubos; 6 - ameaça ao corpo docente e demais funcionários; 7 - bombas; 8 - porte de armas.

Vislumbramos, na ótica apresentada, a imperiosa necessidade de conscientização comunitária em duas formas: a) ações e medidas administrativas, de caráter disciplinar e competência precípua da direção escolar; b) ações e medidas legais, de caráter repressivo e competência da polícia judiciária.

As medidas e ações legais, de caráter preventivo, deverão ser articuladas através do trabalho constante do corpo docente, de policiais e órgãos que atuam na coluna vertebral destinada a instrumentalizar e punir a prática do ato infracional.

Para exemplificar, vejamos alguns conflitos internos e externos geradores de problemas escolares: a) violência na comunidade; b) violência familiar; c) terceirização familiar da educação; d) violência entre alunos; e) desentendimento entre aluno e professor; f) desentendimento entre professores e direção escolar; g) desentendimento entre professores, direção escolar e órgão maior responsável pela instituição.

Não podemos conceber sequer a possibilidade de um ambiente escolar impróprio para ensinar e aprender, pois estaríamos na contramão da finalidade primordial e social dos educadores e sua clientela infanto-juvenil.

É nosso dever trazer a família e a própria comunidade para dentro das escolas, fazendo do estabelecimento educacional uma forma de lazer responsável e foro de debate das idéias, não outorgando ao mestre somente a missão de informar".

É preciso haver um esforço conjunto. A Secretaria da Segurança Pública e a nova divisão, instalada no dia 17 de maio, estão prontas para dar todo o apoio a esse empreendimento.

Aproveitamos a presença da Secretária Adjunta da Educação para dizer que, com a admissão de novos policiais - pessoas jovens - talvez possamos fazer um trabalho mais abrangente nas escolas. Só que não podemos adentrar uma escola sem que haja uma solicitação. Quem sabe não convém fazer um convênio com a Secretaria da Segurança Pública para que ela possa fazer vigilância mais intensa nas escolas?

Estou pronto para ajudar, pois tenho a convicção de que é nas mãos dos jovens que está o futuro do País.

A Secretaria da Segurança Pública está fazendo o que pode. Quando recebi o encargo de dirigi-la, o Governador do Estado me disse que o Estado de Minas Gerais crescerá, que viriam investimentos externos, que com nosso potencial turístico empregos seriam criados e divisas entrariam para o Estado. Assim sendo, poderemos crescer muito na educação, mas desde que tenhamos segurança pública efetiva.

A intenção do Governador é dar total apoio aos órgãos de segurança pública, para que Minas possa desenvolver todo o seu potencial. Muito obrigado. (- Palmas.)

Palavras do Cel.PM Reny Miranda

Cumprimento a Presidência, na pessoa do Deputado Márcio Cunha; a Deputada Maria Elvira, a quem parabenoza pela iniciativa de tamanha importância; o Deputado Sargento Rodrigues, nosso representante nesta Casa; as autoridades presentes e os participantes em geral.

Consta na Constituição Federal que a segurança pública é um direito e um dever de todos. É uma satisfação muito grande perceber que os cidadãos estão começando a compreender que não é só a polícia que é responsável pela segurança pública. Toda a comunidade precisa mesmo trabalhar, caso contrário, não vamos atingir nosso objetivo, que é a paz e a tranquilidade para todos.

O tema é preocupante, mas concordo com o jornalista da "Folha de S. Paulo" que diz que violência não é uma epidemia, e aproveito a oportunidade para sugerir uma reflexão: qual é o papel da mídia nessa história? Não sei até onde a mídia tem ajudado a agravar o problema ou a minorá-lo. Não tenho conclusão ainda a respeito, mas me chama a atenção o fato de uma deprecação qualquer numa instituição privada ou numa casa não ser divulgada pela mídia, e a pedra que é atirada na janela da escola ser noticiada nos jornais. (- Palmas.)

Vamos falar sobre a iniciativa da Polícia Militar. Estamos bastante preocupados com a violência; começamos, no início do ano, a tomar algumas medidas.

Nossa primeira reunião foi realizada no dia 30/4/99, no Minascentro. Contamos com a presença maciça de diretores e diretoras de todos os colégios e escolas de Belo Horizonte, inclusive da rede particular de ensino. O assunto foi discutido, e as causas foram levantadas. Foi sugerida a realização de outro encontro, semelhante a esse do qual estamos participando. O segundo encontro foi realizado em 9/6/99, na sede da CDL, e também houve a participação maciça da comunidade envolvida diretamente no assunto.

Nesse segundo evento, que foi um sucesso, apresentamos alguns dados colhidos no primeiro encontro, realizado no Minascentro. Nossa primeira providência foi lançar o Disque Escola Segura 0800-300190, em parceria com a iniciativa privada, no caso específico, a TELEMAR. Esse telefone tem nos dado um retorno positivo e está sendo divulgado em todo estabelecimento de ensino. Qualquer pessoa pode ligar para denunciar e oferecer sugestões.

Além desse telefone, após o primeiro encontro, fizemos uma pesquisa em todas as escolas de Belo Horizonte, algo em torno de mil estabelecimentos de ensino. O diagnóstico feito foi comentado no segundo encontro, realizado na CDL. Quero passar à Deputada Maria Elvira esse diagnóstico realizado pela Polícia Militar. Tenho certeza de que muito contribuirá para seu trabalho na Comissão de Educação na Câmara Federal.

Gostaria de fazer alguns comentários sobre os dados constantes nesse documento. O segundo evento, Deputada Maria Elvira, foi gravado em fita que, também, lhe será entregue para auxiliar os trabalhos de V. Exa.

Vou comentar as causas apontadas por todos os participantes do evento. Podemos citar a decadência de valores morais e éticos que são: o respeito, a obediência, a liberdade, a autoridade, e a disciplina; a influência das transformações sociais na vida familiar; a influência da televisão e do "video-game"; a perda da autoridade dos pais - todos nós que temos filhos sabemos que não é como nos velhos tempos -; o descrédito nos órgãos do sistema de defesa social, cito a Polícia Militar, a Polícia Civil e a Justiça; a falta de apoio aos professores para o exercício da profissão; o império da lei dos mais fortes e dos mais espertos; a falta de comunicação e de atividades de lazer para os alunos - a escola perdeu o significado para o aluno, enquanto a violência ganha espaço na escola -; a incorporação de alunos e adolescentes com desvio de condutas, são crianças com problemas encaminhadas para a escola pelos Conselhos Tutelares. É uma medida legal prevista em lei, que deve ser estudada, porque tem trazido transtornos para aqueles educandários que as recebem.

Os jovens estão abandonados pela sociedade, pelos políticos, pelas famílias e pelos educadores. Esse é um diagnóstico que conseguimos durante o evento realizado no Minascentro. A escola concentra indignação, descontentamento, raiva e frustrações sociais. E, por último, a perda de autoridade dos professores em relação aos alunos, ou seja, a falta de uma forma de o professor punir o aluno. O aluno sabe que se fizer uma coisa errada, não será castigado. E aquilo vai degradando o ambiente da escola, e a professora fica realmente sem autoridade. Cito o exemplo, recente, de uma escola do Bairro Calafate, que tentou, por sugestão nossa, criar um regimento interno mais rigoroso e barrou alguns alunos que chegavam atrasados para a aula. Esses alunos fizeram um movimento tão forte e violento que tivemos que comparecer ao local e tomar providências policiais. Isso demonstra claramente como a nossa comunidade está despreparada para seguir regras.

Nesse evento, foram divulgados também alguns dados estatísticos. Do período de 1º/1/99 a 14/6/99, tivemos, na Grande BH, 57 bombas dentro dos estabelecimentos escolares. É um número realmente preocupante e altamente prejudicial aos estabelecimentos de ensino. Sabemos que essas bombas não são de alto poder destrutivo, mas causam preocupação e prejudicam o trabalho da escola. Além dessas bombas, tivemos 180 arrombamentos, 73 danos e 17 portes de armas. Notamos que a colocação de bombas, o porte de armas e os danos são atos exclusivos dos alunos da escola. Eles é que levam as bombas e as armas e cometem os danos. São ocorrências típicas do próprio aluno, ações que a Polícia Militar, às vezes, tem dificuldade de combater, pois não tem acesso direto à educação e ao acompanhamento dos alunos, conforme têm as escolas, e os pais também deveriam ter.

Tivemos até 14/6/99, 1.345 ligações para o Disque Escola Segura, a que nos referimos. Entre elas, eu gostaria de destacar que tivemos 516 trotes, o que realmente prejudica o nosso trabalho, pois é um trabalho sério, eficiente, e esses trotes nos atrapalham muito. Falam que há bomba, e, quando vamos até o local, não existe nada. São crianças, alunos, pessoas que fazem isso, às vezes, para aparecer, para ver uma viatura chegar à escola, para se autovalorizar, não sei. De fato, é muito preocupante o número de trotes que recebemos nesse Disque 800.

Quero destacar que, dessas 1.345 ligações, em 130, foram nos oferecidos dados que nos levaram a prender ladrões, traficantes, usuários de drogas, propiciaram a condução de pessoas para o Juizado da Infância e da Juventude e a tomada de outras providências. Esse serviço Disque 800 foi muito proveitoso, embora tenhamos esse empecilho do trote.

Além do Disque Escola Segura, sugerimos, também, conforme já foi dito por alguns que nos antecederam, que as escolas, na medida do possível, contratassem vigias. A maioria das escolas da rede municipal de Belo Horizonte já tem os seus vigias, mas desconheço que isso ocorra na rede estadual. Deve haver em uma ou outra, ainda remanescente da época antiga. Mas, na prática, resumindo, a rede estadual de ensino não tem vigias atualmente.

Uma sugestão que apresentamos e que deve ser analisada é a criação das guardas municipais. Isso já deu certo em alguns Estados, e há cidades de Minas Gerais onde elas estão instaladas. Tenho certeza de que a guarda municipal nos ajudará, e muito, principalmente com relação à proteção do patrimônio público e das escolas. O Vereador Betinho Duarte, aqui presente, já apresentou um projeto de lei na Câmara Municipal.

Devido ao encerramento do tempo, peço apenas mais 1 minuto para falar do nosso maior projeto, que é o Anjo da Guarda da Escola, que consiste basicamente no seguinte. Belo Horizonte foi dividida em 25 áreas de patrulhamento, que se chamam companhias. Para cada companhia, estamos designando um Oficial e um Sargento altamente preparados e treinados, para que visitem a escola e mantenham um arquivo de todos os problemas levantados ali. Essas visitas já começaram, e cada escola deve montar um conselho para resolver seus problemas. Desse conselho, participarão a PM, professores, alunos, associações de pais, outras entidades envolvidas, e ele visitará os alunos, fará sugestões, tentando resolver os problemas internos e externos da escola. Além disso, estamos lançando o policiamento nos horários de pico das escolas mais problemáticas, horários em que é maior o número de alunos e aumentam os problemas.

Aliado a isso, temos o policiamento dos grandes corredores de trânsito. Estamos solicitando à BHTrans que nos auxilie nessa questão do trânsito nas escolas. Finalizando, deixo uma

sugestão: esse aspecto do trânsito em porta de escolas pode muito bem contar com a participação do pessoal da própria escola. Nada impede que pais ou alunos, voluntariamente, auxiliem no controle do trânsito. Vários países do Primeiro Mundo já fazem isso, e tenho a certeza de que aqui também poderemos implantar esse sistema. Muito obrigado.

Palavras do Vereador Betinho Duarte

Bom-dia a todos. Inicialmente, gostaria de agradecer à Maria Elvira, que está de parabéns por esta reunião. Agradeço também à Assembléia Legislativa por esta oportunidade. Como só temos 10 minutos, farei uma abordagem um pouco diferente daquela que até agora vínhamos fazendo. Na verdade, temos discutido a questão da violência sob o pressuposto de que a sociedade é injusta, antidemocrática, marginaliza e gera desemprego. Só na Grande BH, temos hoje mais de 300 mil pessoas desempregadas. No Brasil - não é isso, Gilmar? -, temos mais de 10 milhões de desempregados.

Quero fazer uma abordagem um pouco diferente, falando exatamente da violência que está entrando em nossas casas e educando, entre aspas, os nossos filhos. É a televisão brasileira. A televisão brasileira é a mais violenta do mundo. Por quê? Na verdade, as televisões, de um modo geral, são violentas no mundo inteiro. Mas estamos recebendo o lixo dos outros países, onde há um certo controle, enquanto, no Brasil, ele não existe. As nossas emissoras de televisão estão importando esses produtos, principalmente dos Estados Unidos e do Japão, porque a violência é um produto comercial, é barata e dá lucro. É por isso que ela está vindo para o Brasil. A TV Record, por exemplo, a partir de maio, importou um desenho japonês que levou 12 mil crianças japonesas para o hospital, por causa de uma cena em que aparece um raio de luz. Esse desenho veio para o Brasil, e dizem que essa cena foi cortada. Mas eu não acredito nisso.

Não estou falando isso apenas como pai, nem intuitivamente. Estou falando com base em estudos e pesquisas. Tenho uma pesquisa da ONU que diz que a TV brasileira exibe 20 crimes por hora, em desenho animado. Em uma semana, nas seis emissoras abertas, são 1.432 crimes, em desenhos animados. E não estou falando do Ratinho, do rato, do leão, da girafa, porque esses são programas para adultos. Estou falando de desenhos animados.

Desses 1.432 crimes, 53% passam no SBT. Quais são os tipos de crime? Lesão corporal e homicídio, 87%. Isso em desenho animado. Sobre a natureza do crime: intencional, do tipo que diz "vou matar", 72%; crime justificado, 38%; crime gratuito, 34%. As armas utilizadas são de fogo. Essa é uma pesquisa da ONU na TV brasileira. Mandeí buscar em Brasília a pesquisa da UNESCO que faz essa constatação no mundo inteiro. As crianças assistem, em média, a 3 horas de televisão por dia. E a constatação mundial é que 88% das crianças têm como ídolo o exterminador, o ator Arnold Schwarzeneger. Não é a Madre Teresa de Calcutá, não é a Lady Di, não é o Betinho, que faleceu, não é o Airton Senna, é o exterminador.

Tenho lido várias literaturas, e uma delas é "A Criança e a TV", da Raquel Soifer; se me permitem, vou ler dez linhas, para que vocês possam ter uma idéia do que acontece com a criança que assiste a televisão: "Enumeramos agora as perturbações ocasionadas pela TV na mente infantil. Explicamos que a identificação projetiva favorece a persistência da imitação e, portanto, limita as possibilidades de aprendizagem por identificação. Conseqüentemente, entre as crianças que assistem à televisão de forma prolongada e diária e que o fazem desde os primeiros meses de vida uma alta porcentagem apresenta dificuldades escolares bastante sérias. Isso se deve à deficiente organização intelectual, tanto no que diz respeito à atenção, que é dispersa, quanto à concentração, à memória e à reprodução. A disgrafia (dificuldades ortográficas), a dislexia (problemas na leitura), a perturbação nas operações aritméticas constituem transtornos comuns nestes casos.

Outro aspecto relevante é o fator emocional. Assinalamos que a identificação projetiva é o veículo do narcisismo; em conseqüência, sua vigência mantém o predomínio da situação narcisista além da idade em que deve retroceder e ser substituída pela capacidade de amor pelos outros.

Por esse motivo, a personalidade das crianças que vêem televisão com muita freqüência, desde os primeiros meses de vida, apresenta as características do estado narcisista, ou seja, o egoísmo, o egocentrismo, o despotismo e a tirania. São crianças caprichosas, impulsivas, desrespeitosas, inclusive daninhas, e nelas se pode observar conduta maliciosa, semelhantes à que vêem na televisão. Sua idéia sobre as relações humanas é esta: os outros encontram-se aí para me servir e me dar o que pedi; de minha parte, não estou obrigado a nada.

Esta é a constatação de Raquel Soifer, no livro "A Criança e a TV". Uma sugestão dela é que a criança, até os 5 anos de idade, não assista à televisão. E, após essa idade, meia hora, uma vez por semana.

Essa outra revista é superinteressante e está nas bancas esta semana: "A Ameaça dos 'Videogames' Violentos". Vou dar quatro exemplos de 'videogames' para vocês saberem o que nossas crianças estão vendo.

Há o Carmagedon. Dizem que foi proibido, Maria Elvira, mas não acredito, porque a pirataria existe. Esse jogo é uma corrida frenética de carros, Gilmar. Numa corrida de carros, geralmente, torcemos para chegar em primeiro lugar. Nesse vídeo, isso não importa. O que interessa, o que vale mesmo é atropelar e matar pessoas, especialmente velhinhas e crianças.

O outro jogo, Aloísio Pimenta, é o Postal, Papai Noel Assassino. Um "serial killer" disfarçado de carteiro é o seu personagem central. A graça é matar o maior número de cidadãos em diferentes ambientes de uma cidade, como supermercados, ruas e lojas. Para dar mais ação à trama, João Leite, foi criado um programa, o Santa Patch, que transforma o "serial killer" em Papai Noel.

O Doom é o jogo mais famoso em três dimensões. Dá ao jogador a sensação de estar no meio da ação, Márcio Cunha. Os inimigos são monstros, demônios e mortos-vivos, numa base especial. O arsenal é variado, mas o jogador, Márcio Cunha, tem a opção de usar só a serra elétrica, que produz mais sangue. É isso o que nossas crianças estão recebendo em casa e nas ruas.

Enfim, para terminar, há solução? Há solução. Considero que a responsabilidade da educação de nossos filhos é nossa, dos pais. Não devemos transferi-la para as escolas nem para o Governo. Devemos começá-la na família, em casa, porque, na verdade, a escola serve como um prolongamento do lar.

Vou apresentar sete soluções, Márcio Cunha, para terminar a minha fala: primeiro, debates, conferências e reuniões como esta, que estamos fazendo agora. É importante que os pais tenham informações. Eu, pessoalmente, tinha a intuição de que a televisão estava prejudicando o meu filho, mas agora tenho informações e sei de pesquisas. Por isso precisamos fazer conferências e debates. Aliás, parabênizo-a, Maria Elvira, por esta iniciativa.

Segundo: um código de ética. Nos outros países, existe, mas, no Brasil, não. Precisamos dos dez mandamentos para a televisão brasileira. Não é possível a situação continuar assim. Somos contra a censura - não é isso, Aloísio Pimenta? -, porque a vivemos no período da ditadura militar. Somos a favor da democracia, da liberdade de expressão e da imprensa, mas há a necessidade de um código de ética.

A terceira sugestão, Gilmar, é um "chip". Nos Estados Unidos, todos os aparelhos de TV são produzidos com esse mecanismo. Nas cenas de violência ou de nudez, a televisão se apaga. No Primeiro Mundo, os aparelhos já são produzidos com esses "chips". Espero que, no Brasil, isso aconteça o mais rápido possível.

Campanhas pela paz, como está sendo sugerido agora. Temos que apresentar para as nossas crianças, para os nossos filhos alternativas, como brincadeiras, que são excelentes. Por que só a televisão? O futebol, por exemplo. Além de ser uma brincadeira, além de dar prazer, pode virar uma profissão, não é mesmo, João Leite? Ele foi goleiro da Seleção Brasileira. Quando começou, foi numa brincadeira, e acabou se tornando um jogador profissional, sendo, inclusive, goleiro da nossa Seleção.

Constituição de entidades, com o objetivo de melhorar a qualidade dos programas de televisão. Em São Paulo, em 1997, Marta Suplicy lançou uma entidade de defesa do telespectador chamada Te vê. Então, esse movimento já existe lá, e nós o estamos fundando em Belo Horizonte também. Aliás, gostaria de pedir aos Deputados Federais que nos ajudassem a trazer Marta Suplicy a Belo Horizonte para lançarmos esse movimento, exatamente para informar, conscientizar e fazer críticas e sugestões.

A sexta e penúltima, Márcio Cunha, é acionar a justiça. Não é possível que esses "videogames" e esses programas, como o Carmagedon, continuem por aí.

Por último, gostaria de fazer uma sugestão, principalmente às donas de casa. Todo programa de televisão tem um patrocinador. Nos países mais avançados, quando a pessoa está assistindo à televisão e não gosta do produto que está sendo anunciado, ela pára de comprá-lo. Então, não adianta fazer críticas aos proprietários de televisão, temos de pressionar os patrocinadores. Ai, vamos ver se não resolveremos o problema. Se há um produto sendo vendido e pararmos de comprá-lo em função de um programa de televisão, tenho certeza absoluta de que vai diminuir ou acabar essa violência e essa pornografia na televisão.

Muito obrigado, vocês estão de parabéns. Tenho certeza de que o Brasil vai ser melhor no ano 2000, porque iniciativas como esta, Deputada Federal Maria Elvira, serão uma realidade constante no nosso País. Vamos mudar para melhor, não para nós, mas para os filhos nossos e os de todos os mineiros e brasileiros. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Antes de passar a palavra ao Deputado João Leite, esta Presidência se vê na obrigação de acrescentar algo à fala do Vereador Betinho Duarte, que, evidentemente, não pôde tocar no assunto por causa do tempo. Gostaria de fazer uma conclamação aos seus colegas Vereadores a que aprovelem o projeto de sua autoria. Também tive a oportunidade de apresentar esse projeto, mas, infelizmente, os meus colegas não compreenderam a minha intenção. Tenho certeza de que os Vereadores vão compreender a intenção do Vereador Betinho Duarte e irão aprovar a criação da Guarda Municipal de Belo Horizonte, que, sem dúvida alguma, terá uma ação complementar à da Polícia Militar e poderá, por exemplo, dar mais segurança às nossas escolas. Parabéns, ilustre Vereador Betinho Duarte. Com a palavra, o Deputado João Leite, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, que disporá de 10 minutos para fazer o seu pronunciamento.

Palavras do Deputado João Leite

Deputado Márcio Cunha, Presidente desta reunião, Deputada Federal Maria Elvira, demais Deputados Federais e Estaduais, Vereadores, educadores e educadoras, queria dizer da minha satisfação de estar acompanhando esta audiência pública e da minha alegria ao ver o interesse, especialmente de algumas entidades importantes, para dar, efetivamente, paz e tranquilidade à comunidade escolar de Minas Gerais, sobressaltada por essa violência que vem acontecendo.

Fico muito feliz por acompanhar, desde já, as manifestações e o que está sendo feito pela Polícia Militar, pela Secretaria da Segurança Pública. Sei que aqui, na Assembléia Legislativa, já está tramitando um projeto para criar uma delegacia especializada na questão da violência nas escolas. Gostaria de dizer que não concordo com isso, porque acho que a escola é o espaço do educador, e a nós cabe o papel de dar os instrumentos, dar tranquilidade para que o educador faça esse trabalho tão importante de transformação das nossas crianças e dos nossos adolescentes.

Sr. Presidente, gostaria de colocar a minha posição, especialmente em relação a esse papel que é nosso, da Assembléia, que é o papel dos Poderes. Penso que esses instrumentos que devem ser dados aos educadores ainda estão muito aquém do desejado. Não tenham dúvida de que essa falta de instrumentos e de equipamentos para que esses educadores possam cumprir o seu papel tem trazido um transtorno muito grande para a nossa comunidade.

Tentei, nesses dias, fazer um levantamento nas nossas escolas sobre algo muito importante, que são os espaços para a arte, a cultura, o esporte, o lazer. Espaços para algo que é tão importante para todos nós, que é o lúdico, para aquilo que é tão agradável e que aprendemos com os nossos educadores. E alguns, por preconceito, acham que o educador está perdendo tempo com aquele joguinho; mas é algo de que nunca vamos esquecer, especialmente nós, que tivemos a oportunidade de ter um outro tempo, quando as escolas tinham espaço para a arte, para os jogos.

Tentei levantar quantos espaços esportivos temos, e não consegui. Sei que temos 3.930 escolas públicas estaduais e que a maioria delas não possui espaço para o desenvolvimento dos esportes. E o que é mais grave ainda: na rede estadual, da 1ª à 4ª séries, não existe a figura do professor de educação física, tão importante para esses jovens. Foram retirados.

Para o meu filho de 8 anos, o professor de educação física é o herói. Aprende com ele vários jogos e até já me disse que não gosta de perder, mas que está aprendendo. Essa formação é importante, e a arte, o esporte nos dão essa oportunidade. Ensinam o educando a ter disciplina.

Então, não há dúvida de que há uma dívida muito grande dos governos para com a comunidade escolar. Impor aos professores a responsabilidade de toda essa transformação, sem lhes dar os instrumentos, o apoio para que possam realizar esse trabalho, não seria justo.

Precisamos de uma política governamental para conceder à comunidade escolar esses instrumentos. Lembro-me de que, quando era Secretário de Esportes de Belo Horizonte, a Prefeitura liberou recursos para a construção de uma escola numa área onde a comunidade era muito pobre. Os responsáveis pelo assunto escolheram o local, imediatamente. Era uma área onde funcionava o campo de futebol da comunidade. A área era boa, pois já estava terraplanada, e bastava iniciar a obra. A integração da escola com a comunidade é outro ponto que temos de discutir, pois, neste caso, a comunidade estava revoltada, quando pensava que iria perder aquele campo de futebol de 1930. Mas, para muitos que precisam aproveitar aqueles recursos imediatamente, o que é um campo de futebol de 1930? Nada. Conseguimos fazer com que a escola fosse construída em dois níveis e o campo permanecesse. Hoje ele é o espaço onde a escola realiza educação física, realiza jogos tão importantes para a formação das crianças e dos adolescentes. E há uma perfeita integração entre a escola e a comunidade. Todos conseguiram entender o papel dela. Mas nem sempre tem sido assim. Muitas vezes, ela tem sido muito difícil.

Eu me lembro de uma outra comunidade onde a escola foi construída com um espaço esportivo, mas o acesso a esse espaço não era permitido à comunidade. As crianças jogavam perto de um desses nossos córregos, bem poluídos, com a bola caindo a todo o momento lá, não podiam freqüentar a quadra. Este é um outro problema que nós conseguimos enxergar.

Estamos vendo agora, por exemplo, algo que se apresenta muito grave para nós também. Se há algo importante hoje, na escola, para a comunidade como um todo e para a própria comunidade escolar são os eventos artísticos, especialmente os realizados nesses meses do ano. Estamos acompanhando o ECAD, que está suspendendo as atividades artísticas e culturais, querendo cobrar os seus direitos.

Ora, sabemos que a escola não tem lucro com essas atividades e que essas festas, essas atividades são importantíssimas para a comunidade, para o bairro, como o são também para os alunos. É um momento importante para eles. Espero que haja sensibilidade por parte do ECAD.

Contamos com a presença de Deputados Federais. Penso até que, a partir desse evento, talvez surja uma legislação em que esteja prevista essa questão. Como vamos cobrar das Diretoras das escolas eventos artísticos, quando, muitas vezes, o que é recolhido volta em serviço, em melhoria do prédio escolar, em compra de materiais esportivos, ou mesmo em instrumentos musicais para a própria comunidade, voltando especialmente para a formação dos próprios alunos? (- Palmas.) Essa é uma outra questão importante.

Fico feliz pelo estudo da própria Polícia Militar ter localizado a questão do lazer, desse momento alegre, de prazer que acontece na escola, dos jogos, dos eventos artísticos como instrumentos que fortalecem esse papel transformador e educador dos nossos professores e professoras.

Queria dizer da minha satisfação de estar participando desse debate. Quero parabenizar a Deputada Maria Elvira por esta iniciativa tão importante, o interesse, a presença de todos vocês, e espero que, deste encontro, surjam sonhos para que se possa trabalhar, especialmente na escola, essa transformação para a paz daquilo que acontece a partir da força. É importante o apoio de todos nós, que temos o dever de dá-lo aos nossos educadores e educadoras, assegurando-lhes instrumentos para que possam realizar essa transformação nas nossas crianças e nos nossos adolescentes. Muito obrigado. (- Palmas.)

O Sr. Presidente - Esta Presidência passará agora a coordenação dos trabalhos à ilustre Deputada Federal Maria Elvira.

Eslarecimentos sobre os Debates

A Sra. Coordenadora (Deputada Federal Maria Elvira) - Muito obrigada, Deputado Estadual Márcio Cunha, pela sua participação, conduzindo a 1ª Parte da nossa sessão, em substituição ao Deputado Anderson Aduato. Agora vamos começar o que seria, acredito, o mais palpitante, que é a participação efetiva dos membros do Plenário. Pensamos em fazer a seguinte dinâmica: ouviremos por 3 minutos um Deputado Federal que nos visita hoje e, depois, três participantes do Plenário, por 3 minutos. Depois, ouviremos mais um

Deputado e três pessoas do Plenário. Assim, intercalando, creio que conseguiremos chegar a um bom termo.

Debates

A Deputada Federal Iara Bernardi - Bom dia a todos, bom dia aos componentes da Mesa, aos Deputados, Vereadores e autoridades presentes. Quero me dirigir, principalmente, aos colegas professores. Sou Deputada em primeiro mandato e também professora da rede estadual de ensino em Sorocaba, São Paulo. Na Comissão de Educação da Câmara Federal, temos por obrigação discutir políticas ligadas à educação e que deverão ser implantadas no Brasil. Logo, a Comissão não poderia ficar de fora deste debate sobre a violência nas escolas. Em conjunto com o Prof. Luizinho, Deputado Federal de São Paulo, fizemos um requerimento à Comissão para que se realizassem audiências públicas em Brasília e em outros Estados, para que percorrêssemos outras comunidades e outros Estados, ouvindo e debatendo esse tema, e para que, posteriormente, a Comissão propusesse soluções para o Brasil. Uma de nossas tarefas mais importantes é trazer o Ministro da Educação e Cultura para esse debate, para criarmos políticas públicas em nível nacional, incluindo campanhas, nas escolas e na TV, relativas ao tema da violência, que aflige a todos nós. Esse é o objetivo principal das audiências públicas. E o papel da Comissão de Educação é muito importante para que esse tema seja tratado em âmbito nacional.

O primeiro debate aconteceu na Assembléia de São Paulo, que aprovou um projeto de lei do Deputado Hamilton Pereira sobre o tema. Gostaria de resumir essa proposta, que hoje é lei, embora muitos artigos tenham sido vetados pelo Governador Mário Covas. Ela trata da violência nas escolas e a partiu de uma proposta implantada na administração da ex-Prefeita Luiza Erundina, em São Paulo. O projeto previa que a questão da violência fosse estudada por equipes compostas por pessoas ligadas à área do comportamento, técnicos dessa área, delegacias de ensino, professores, Diretores de escola e órgãos da área policial. Esses grupos se deslocariam para as escolas, para os setores e para as comunidades onde estivessem acontecendo os maiores problemas.

O principal fundamento desse projeto foi o fato de, após pesquisas, ter-se chegado à conclusão de que a violência na escola não acontece deslocada ou fora dos assuntos da comunidade. Normalmente, os agentes causadores da violência são alunos, ex-alunos, namorados de alunas, parentes, pessoas da comunidade escolar. Esse debate sobre a violência, muitas vezes, ficava restrito à responsabilidade do Diretor e do professor, como se a escola fosse uma ilha e a questão da violência pudesse ser resolvida só ali, através de atitudes repressivas, com a edificação de muros ou chamando-se agentes policiais para dentro da escola. E a responsabilidade recaía sempre sobre os Diretores e professores, que, muitas vezes, não estão preparados para esse tipo de enfrentamento. Na escola pública, as responsabilidades do Diretor e dos professores já são muito grandes. Para a formação desses grupos, é preciso investimento. O projeto, muitas vezes, correu o risco de não ser aprovado, porque exigia investimentos. Esses profissionais têm de se deslocar, têm de ficar dentro da escola, promover debates com os professores, identificar as causas da violência, estudar a comunidade e tentar trazê-la para dentro da escola.

Agora, esse projeto é lei. A lei já existe, e esses grupos terão que ser formados, embora a Secretaria da Educação tenha sido extremamente avessa a essa proposta, porque deveria investir e gastar dinheiro não só na discussão quanto a muros, agentes repressores dentro da escola, instalação de alarmes ou coisas parecidas. O debate tem que ser feito envolvendo pais, alunos, comunidade, professores, Diretores de escola e esse grupo de apoio, que se deslocaria para a escola, identificando as causas em cada comunidade, porque uma é diferente da outra. As causas da violência são diferentes de escola para escola, embora todos aqui concordem que a sociedade é violenta.

Então, é essa a experiência que gostaria de trazer para vocês, colocando claramente isto: precisa-se investir nessa área. O professor e o Diretor, dentro da escola, não estão preparados. Muitas vezes, não são os únicos responsáveis pela resolução dessa questão da violência. Ela é social, e o professor e a escola pública precisam de ajuda. Muito obrigada. (- Palmas.)

A Sra. Maria Hilda de Carvalho - Quero, de início, cumprimentar a Assembléia Legislativa por abrir espaço para este evento de hoje, uma iniciativa de âmbito nacional, e também cumprimentar os componentes da Mesa. Estou me manifestando como professora da Escola Estadual Luiz Peçanha e estou representando oficialmente essa Escola, integrante do Instituto de Educação de Minas Gerais - IEMG. Identifico-me também como Supervisora Pedagógica do referido Instituto. Estou aqui também trazendo a alma da gente da roça; Santa Rita de Caldas é minha origem.

Quero destacar a importância deste evento, priorizar toda a parte que destacou a inserção da legislação, sua aplicabilidade prática na sociedade, e destacar, como ponto principal, toda essa coletânea de dados trazida, de forma muito expressiva, pelo Vereador Betinho.

Destaco, ainda, Deputado João Leite, o seu abraço à causa da educação, já que, de forma muito feliz, V. Exa. está abraçando a educação física, ligada, aliás, a seu "métier" de origem, e também os eventos culturais.

Por coincidência, estamos celebrando, hoje, o Dia do Funcionário Público Aposentado. Então, é hora de fazermos uma pausa de deferência a todos os que são vivos e àqueles que tombaram na luta pelas grandes causas do povo brasileiro, em todos os rincões de Minas Gerais e do Brasil. Assim fazendo, quero destacar, em particular, os companheiros da educação. Aliás, justifico-me por estar aqui com um certo atraso, porque estávamos inserindo em prática profissionalizante os nossos estagiários do IEMG. Podemos considerar que a educação não se faz com fala, mas com prática. Assim, quero reforçar que, se a Confederação Nacional dos Trabalhadores de Educação está também abrindo hoje a marcha em defesa da escola pública, é hora de somarmos todas as forças. Faz-me muito bem ouvir a Deputada de Sorocaba, pois lembro-me de um médico que povoa hoje a sua cidade e que, coincidentemente, é meu ex-aluno.

Queria levar à Mesa a seguinte pergunta: como equacionar todos os subsídios que vão da Constituição Federal a todas as disposições legais decorrentes - inclusive o Estatuto da Criança e do Adolescente e demais posturas derivadas, seja de Secretarias Estaduais da Educação ou de órgãos municipais - com o que temos hoje, em termos de violência, com relação à violência que o povo brasileiro está vivenciando por parte da administração pública? (- Palmas.)

Em termos da escola, considero que o primeiro passo para romper com a violência é respeitar seus servidores. Assim, abrimos os braços, e toda a sociedade, desarmada, está junta, falando em nome de um Brasil só, pela paz e não pela violência.

A contribuição do Instituto de Educação de Minas Gerais com o projeto de ação educacional, que já viabilizamos na Casa, integrando do pré-escolar ao curso de Pedagogia.

Repito a pergunta: como ligar a administração pública nacional com o que estabelecemos na realidade da escola? Propomos também que este debate alcance todos os municípios do Brasil, inclusive as cidades menores. Muito obrigada.

O Sr. Fernando Grossi - O que me autoriza aqui é o posto que hoje ocupo e o fato de estar, há um ano, trabalhando num programa de parceria entre a instituição pública que coordeno e a Secretaria Municipal de Educação, por intermédio do Centro de Aperfeiçoamento de Professores.

Essa experiência me autoriza a apontar alguns itens que me preocupam bastante. Primeiro: projetos isolados dessa área não funcionam, por mais que os apelos venham. Preocupa-me o fato de iniciativas isoladas não estarem vinculadas no conjunto das práticas de responsabilidade de cada órgão público. Segundo: o modo como esses projetos são abordados são um entrave para a escola, e deve-se a isso o fracasso de vários projetos.

Sugiro à Comissão entrar no "site" aprendiz.com.br, do Roberto Dimenstein, que traz uma excelente matéria a respeito dos projetos que fracassam e dos que alcançam êxito no que se refere a escolas, usando como exemplo as escolas americanas.

Terceiro: a não-continuidade dos projetos. Quarto: os projetos que tratam da violência e das drogas não são avaliados.

Pela experiência que tenho, posso afirmar que só é possível surgir violência articulada às drogas na escola quando ela não está repensando seu papel. Preocupa-me imensamente o fato de os professores não repensarem seu papel. Violência e droga nas escolas são preocupações que dizem respeito mais à disciplina do que à questão pedagógica.

Fiquei contente de ver a Deputada Federal Esther Grossi distribuir um excelente artigo, que saiu recentemente numa revista, sobre um pesquisador norte-americano que questiona se

o problema de violência e droga nas escolas é de segurança ou pedagógico.

Gostaria que essas reflexões pudessem ter conseqüências práticas em projetos dirigidos às escolas. Fico contente quando vejo a Secretária Adjunta da Educação propor um projeto sobre a questão da paz. É importante que esses projetos tenham articulação com projetos maiores que envolvam a comunidade ao redor da escola. Era essa a minha contribuição.

A Sra. Coordenadora - Prof. Grossi, essa é, sem dúvida, a nossa preocupação. Esforços, estamos vendo vários, quando a PM expõe o que tem feito; quando o Betinho Duarte fala dos estudos sobre a cidade de Belo Horizonte e de grupos que estudam a questão da violência na televisão; quando o Secretário Wadson Lima expõe o que tem feito na Secretaria Municipal de Esportes. Todos têm feito alguma coisa, mas é necessária uma ampla coordenação, para sabermos o que cada um está fazendo, trocarmos experiências e dividirmos os conhecimentos adquiridos. Hoje, sem dúvida, essa é uma das missões deste encontro. Espero que outros aconteçam.

Gostaria de ouvir a Secretária Municipal de Educação, Profª. Maria Ceres. A Associação de Pais das Regionais Centro-Sul e Centro-Oeste mandou um bilhete à Mesa, dizendo que poderíamos estar subjugando o nível de inteligência e discernimento dos pais. Diz que "sabemos dos nossos direitos e deveres, mas precisamos de parceiros para o exercício do nosso papel de pais que a sociedade hoje exige. Como cidadãos, esperamos que a representante que elegemos junto aos Governos leve as nossas aspirações reais e dignas. Queremos respeito ao que nos é devido e aproveitamos para agradecer a presença da Sra. Secretária."

A representação dos pais aqui não está, porque perto da mesa não há condições de se colocar mais cadeiras. Como aqui todos são pais, e o Vereador Betinho Duarte disse que o trabalho que vem desenvolvendo começou a partir do sentimento de ser pai, dessa indignação, dessa inquietude, creio que homenageamos a Associação de Pais, mas todos estamos aqui representando o segmento.

A Sra. Maria Ceres - Bom-dia a todos, em especial à Deputada Maria Elvira, na pessoa de quem cumprimento toda a Mesa.

Gostaria de falar sobre três pontos que me parecem importantes. Conforme o Prof. Grossi já disse, é necessário repensar a função da escola; pensar que a violência não é própria da escola ou nasce na escola. Ela tem relação com a forma estrutural da sociedade, com as nossas relações sociais, com a injustiça e o preconceito da sociedade.

Devemos pensar sobre a função da escola e, nesse sentido, podemos pensar que a escola não é apenas um espaço de instrução, mas certamente é um espaço de educação.

Num debate do qual participei, alguém, muito assustado, disse que um professor de Matemática teve de parar de dar aulas porque seus alunos estavam muito violentos e agressivos. Fiquei satisfeita ao saber que um professor de Matemática era capaz de interromper a sua aula para trabalhar as questões que permeiam o cotidiano de alunos e professores.

Todos nós estamos assustados com o nível de violência da nossa sociedade. Portanto, a escola precisa, fundamentalmente, de educar. Educar significa desenvolver um trabalho que incorpore questões do cotidiano e as problematize de forma global na atividade escolar. O educador vai lidar com seus alunos a partir dessa perspectiva, independentemente de ensinar Matemática, Português ou Ciências. Nessa ação, o educador deve usar múltiplas linguagens, além de ter, como disse o Deputado João Leite, múltiplos espaços para a sua atuação.

Acho que é na construção de uma escola dessa forma em que precisamos pensar e investir. É uma forma de investimento é exatamente formarmos educadores para lidarem com essa nova escola, nessa nova sociedade. Portanto, é importante a formação de professores para lidar com essas questões. Há ainda a questão da violência doméstica, à qual muitos dos nossos alunos são submetidos e que nem sempre é mostrada para a sociedade. Muitas vezes, o aluno é submetido à violência dentro de casa e se torna uma pessoa agressiva dentro da escola.

É importante a formação, é fundamental a integração com a comunidade envolvendo pais e associações, e é importante responsabilizarmo-nos todos, escola e comunidade, pela educação dos nossos alunos. É importante cada escola, no seu cotidiano, no seu entorno, diagnosticar, compreender, conhecer qual é o seu papel, qual é a sua inserção na comunidade e, dessa forma, desenvolver projetos específicos que tenham por finalidade ampliar o direito à educação integrar as comunidades, enfim, formar uma consciência de cidadão e uma consciência ética e de solidariedade nos nossos alunos. É isso que temos procurado fazer na Secretaria Municipal de Educação, por meio de um conjunto de programas, como a Rede pela Paz, a Bolsa-Escola, a Constituinte Escolar e outros projetos específicos. E um deles foi o vídeo da Escola Municipal Maria Marzarelo, premiado na Holanda. Os alunos foram a Haia apresentar o vídeo produzido na escola, que tratava da briga entre escolas, transformando uma ação agressiva e violenta num jogo de futebol e numa forma de integração entre as duas escolas.

Queria parabenizar, mais uma vez, a Comissão de Educação da Câmara dos Deputados e agradecer a oportunidade de estarmos presentes aqui não apenas tendo um momento de fala, mas principalmente por estar ouvindo, junto com todos, as contribuições que já tivemos aqui. Muito obrigada. (- Palmas.)

A Sra. Coordenadora - Registramos uma contribuição da assessora de comunicação do Colégio Padre Machado, Jane Portela: "Aqui só se falou da escola pública. As escolas particulares também estão preocupadas. Vamos nos unir?". De acordo, Jane, vamos unir as escolas públicas e privadas na luta contra a violência. Obrigada pela sua participação.

Ainda hoje eu via, na televisão, pela manhã, a manifestação dos alunos da Católica contra um aumento que a universidade realizou e que, sabemos, não é culpa dela. Foi a mudança na política econômica, com o término das filantrópicas, que fez com que se repassasse para o custo das escolas um desconto do INSS que elas sempre tiveram. Então, vejam como as coisas ocorrem.

O Deputado Alencar da Silveira Júnior - Deputada Maria Elvira, senhoras e senhores, gostaria de relembrar. Em 1995, subi a esta tribuna e pedi a aprovação do requerimento para a criação da TV Legislativa. Muitos criticaram naquela época, dizendo que seria mais um horário do TRE. Hoje percebemos que debates como o que está ocorrendo agora na Casa são acompanhados por todo Estado. E por que estou falando isso? Fui criticado naquela época porque queria mostrar a Assembléia Legislativa para a população mineira; hoje, também, inicio aqui um trabalho com relação a um outro projeto. Vou falar pouco, porque venho apenas apresentar o projeto. É um projeto que cria a Delegacia Policial de Combate e Prevenção a Crimes nas Escolas. É a delegacia escolar. Gostaria de dizer que, quando foi criada a Delegacia de Crimes Contra as Mulheres, 30% desses crimes foram inibidos. A taxa baixou em 30%. Então, se a mesma queda percentual da época da criação da Delegacia de Crimes Contra as Mulheres ocorrer com a criação da Delegacia de Crimes Contra as Escolas será um grande bem. Mas idealizei esse projeto porque sinto que essa preocupação não é somente minha. Ela é de toda a sociedade, de toda a Casa e dos companheiros da imprensa. Então, Deputada Maria Elvira, companheiros da Mesa, apresento esse projeto, deixando-o em aberto, para que receba sugestões. Teremos a sua tramitação nesta Casa. Ele poderá ser aperfeiçoado, melhorado e não será apenas um projeto do Deputado Alencar da Silveira Júnior, como a TV do Legislativo não é do Deputado Alencar da Silveira Júnior. O projeto será, sem dúvida, da sociedade mineira. Muito obrigado.

O Sr. Helimont Alves Valle - Bom-dia a toda a Comissão, à Mesa. Eu quero dizer que sou o Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos de Conselheiro Lafaiete e que estamos preocupados com a situação da educação. O nosso Sindicato engloba os trabalhadores que atuam na área de ensino em nível municipal. Então, estamos preocupados com a situação em que se encontram essas escolas do interior. As rádios e os jornais nem sempre divulgam a violência que ocorre no interior. Fica aqui, portanto, a minha ponderação de que a violência cresce também, a cada dia, no interior. Entendo que a culpa de toda essa situação deve ser lançada em alguns setores, principalmente na televisão, porque ela vem mostrando, a cada dia que passa, essa situação. Os nossos jovens estão acompanhando tudo isso e levando a violência para dentro das escolas.

Assim, gostaríamos que alguma coisa fosse feita pelo interior, para que nós também possamos englobar esse conjunto de propostas, uma vez que não consegui colocar nenhuma por escrito, porque não redigi a tempo. Muito obrigado.

A Sra. Helenice de Souza - Bom-dia. Gostaria de corrigir. Não sou coordenadora. Estou apenas representando a Dra. Maria Caiafa, que é a nossa coordenadora. Sou apenas uma assessora que trabalha com ela.

Sobre a questão da violência nas escolas, gostaria de dizer, reafirmando o que já foi dito, que acho que ela não deve ser tratada de uma forma isolada, sem levar em consideração vários contextos e manifestações.

Tendo em vista essa perspectiva, a Prefeitura de Belo Horizonte, por intermédio da Coordenadoria de Direitos Humanos, está desenvolvendo um projeto em que tenta compreender melhor essas manifestações da violência. Para isso, estamos desenvolvendo algumas pesquisas, que começaram em fevereiro, sobre o medo e a vitimação em Belo Horizonte. E vamos estar, num segundo momento, junto com a comunidade, discutindo os resultados dessa pesquisa para que em agosto possamos abrir um grande seminário cujo objetivo será traçar, de forma organizada, junto aos movimentos e aos órgãos públicos responsáveis, diretrizes e propostas para uma política de enfrentamento dessa questão. O seminário está previsto para os dias 25, 26 e 27 de agosto. Gostaria de que todos participassem. E também, agora, no dia 30 de junho, será aberto o Diálogo com a Cidade, com a presença do Prefeito e da coordenadoria, quando vamos dar informações sobre os resultados da pesquisa. Muito obrigada.

A Sra. Magda Campbel - Deputada Maria Elvira, demais participantes da Mesa, preparei bastante material, mas vou resumi-los em duas propostas. A primeira delas é a ampliação e a melhoria das creches. Isso é básico para a assistência da criança com idade até 6 anos. E a segunda proposta é a escola integral, que atenderia os alunos da periferia da cidade. Sem essas duas vertentes, não conseguiremos melhorias, porque o nosso problema é social. Precisamos de coisas bem concretas. Sabemos que a sociedade precisa ser sensibilizada, que os pais precisam ser mais bem preparados, que as escolas devam ter mais amor a dar aos alunos, mas, com essas duas medidas, poderemos ter uma grande melhoria. A criança, principalmente até os 6 anos, precisa aprender a brincar. Ela precisa também de alimentação, de assistência. Ela não pode ficar na rua, não pode ficar apenas em frente à televisão. Precisamos dar opções para as crianças. Era o que tinha que dizer. Muito obrigada.

A Sra. Coordenadora - Muito obrigada, Profa. Magda. Percebo que todos nós estamos muito angustiados com tudo que está havendo. Mas, como todos podem ver, a complexidade é muito grande. É uma inter-relação de muitos temas que levaram a essa situação que estamos vivendo. É preciso, por outro lado, ter muita calma e equilíbrio para efetivamente fazer um planejamento para atacar isso. A PM está fazendo bastante, mas vamos fazer mais junto à Secretaria da Justiça, junto à Câmara Municipal, junto à Prefeitura de Belo Horizonte e ao pessoal do interior. Unidos haveremos de encontrar uma proposta para essa Agenda da Paz.

A Vereadora Maria Lúcia Scarpelli - Cumprimento a querida amiga e Deputada Maria Elvira, cumprimento a todos da Mesa e a todos os presentes, e quero externar meus parabéns pelo belo trabalho que V. Exa. faz na área da educação.

Deputada, a situação da banalização da violência e a omissão da família: estou atentando para esse problema. Se fizermos uma pesquisa nas locadoras, vamos ver que a preferência é por se alugarem filmes violentos, geralmente, por menores.

Então, encarecidamente, venho solicitar aos Deputados Estaduais e aos Deputados Federais que criem uma legislação rigorosíssima em relação à locação de vídeos. A banalização está de tal forma, que, recentemente, foi passado um filme em Belo Horizonte, em 8mm, sobre o submundo da violência americana. Vi uma entrevista com o Diretor do filme, que disse que as cenas são reais, estupro seguido de assassinatos. Essas são fitas "underground", filmadas e vendidas clandestinamente.

Gostaria, ainda, de comentar outro fato: para minha surpresa, domingo, ao sair da feira na Avenida Afonso Pena e subir a Avenida Álvares Cabral, deparei com uma pessoa vendendo fitas piratas da seguinte maneira: um pano estendido no chão, com cordas que lhe possibilitariam puxá-lo rapidamente, como se fosse um pára-quadras. As fitas vendidas eram violentíssimas e envolviam pederastia, porque, na capa, havia crianças e adultos. Falei que era Vereadora por Belo Horizonte e que iria chamar a polícia para ele. Na mesma hora, ele puxou as fitas e fugiu.

Lembrei-me do filme de 8mm; quem não o viu deveria ver. Aquilo que parece fantasia já se tornou realidade. Provavelmente, as fitas que foram feitas com crianças são clandestinas e desaparecem como se fossem tragadas pela terra.

Portanto, as famílias não controlam os tipos de fitas que entram em casa, e as locadoras, na tentativa de alugar as fitas, também não controlam o tipo de pessoa que as aluga. Assim, precisamos de uma legislação rigorosa, com penalidades e multas, imediato fechamento de estabelecimentos e suspensão das atividades, senão não conseguiremos conter a violência, porque só as famílias não dão conta dela. Muito obrigada, Deputada, muito obrigada a todos. (- Palmas.)

A Sra. Coordenadora - Muito obrigada. Para enfrentar uma situação dessas, só mesmo a união de todos, porque é aterradorante, é indigna. Foi feita uma pergunta à Mesa por Rafael, da Escola Estadual Prof. Moraes, que diz o seguinte: "Será que as discussões em torno do tema violência nas escolas não estaria contribuindo para maximizar procedimentos cada vez maiores em torno dessa idéia? Não seria mais razoável discutirmos a cultura da paz, a solidariedade, a cidadania, jogos, gincanas, bolsas de trabalho e outros?".

Creio que, ao apresentar hoje o Manifesto 2000, da UNESCO, grande entidade internacional, estamos mostrando que esta Comissão, este grupo de pessoas quer a cultura da paz, a valorização não só do termo, mas do procedimento, da postura de vida nas escolas e na sociedade como um todo.

O Sr. Bonifácio José Teixeira - Cumprimento a Mesa, saudando-a pela realização deste evento. Falo em nome da PUC.

A Profa. Campbel adiantou parte do que eu falaria sobre a questão da importância da educação infantil. No dia 14, cerca de 700 educadores do Estado se reuniram em Belo Horizonte, no Fórum de Educação Infantil, traçando caminhos para essa área.

Gostaria de dizer que o assunto violência nas escolas é de alta transcendência, mas é necessário que, antes de qualquer posicionamento, em vez de criarmos órgãos auxiliares para essa ou aquela ação, tenhamos uma atenção maior para o preceito constitucional.

É necessário que o Governo e a sociedade internalizem a idéia de dedicar total prioridade à criança. Enquanto isso não acontecer, nenhuma solução será definitiva. Não adiantam as ações de segurança, que são onerosas, pesadas, pontuais, se os Governos, em todos os níveis, não derem total prioridade à criança. Quanto à violência na televisão, nos filmes, nas escolas, é preciso que a criança seja vista em si.

Gostei muito da posição do Deputado João Leite, quando fala na escola como espaço do educador, como espaço da comunidade. Esse espaço tem de ser preservado. As outras forças, as outras ações auxiliares só vêm reforçar, mas esse espaço tem de ser preservado. E, no dizer da Profa. Maria José, a escola tem de ser prazerosa, não escola castigo. A escola bem dotada, bem equipada, com professores motivados e competentes, que dê vazão positiva à energia e aos anseios da criança nunca será violenta.

Precisamos, antes de mais nada, de uma boa escola na parte física, com espaço para as artes, a cultura, o lazer, com equipamentos que funcionem, com o pessoal que toma conta dos mínimos detalhes motivado, como o vigia, o antigo disciplinário. Que seja uma escola a que os Governos, em seus diversos níveis, Federal, Estadual e Municipal, dêem a devida atenção. Que não façam uma escola mais ou menos, uma escola do faz-de-conta, mas uma escola plena, um centro de educação. Acho que, quando tivermos essa escola, não teremos violência. (- Palmas.)

A Sra. Coordenadora - Muito obrigada, professor. Sobre a escola como um espaço do educador, a Deputada Esther Grossi, a quem daremos a palavra em seguida, como estudiosa do processo de aprendizagem, muitas vezes tem colocado para nós, na Comissão, a importância de investirmos nessa mudança que está acontecendo da relação professor-aluno. A sociedade mudou, e temos que mudar também. Muitas vezes, vemos alunos reclamando das aulas. O meu próprio filho, às vezes, fala para mim: "Mamãe, as aulas estão muito chatas". Muitas vezes, como a Esther disse, o professor não consegue colocar o aluno no universo lá fora, não consegue ligar o conteúdo da aula à realidade do aluno. Isso é muito importante para nos questionarmos também como educadores.

A Deputada Federal Esther Grossi - Gostaria de cumprimentar a todos. Estou simplificando os cumprimentos para que possamos nos estender um pouco mais nesse conteúdo tão importante da violência na escola. Como Deputada, é muito importante para mim estar debatendo com pessoas que estão com a mão na massa, dentro das escolas, preocupadas, realmente, em encaminhar a solução para um problema que é tão candente.

Por outro lado, gostaria de imprimir uma faceta bem particular a essa problemática, derivada, digamos assim, do meu engajamento, dos meus conhecimentos, da minha prática, da minha produção nas questões do ensino e da aprendizagem. É evidente que a violência está enquadrada como consequência de várias causas, como os problemas econômicos, de injustiça, da mídia, do desemprego, mas existe uma faixa do latifúndio dessa problemática que é a escola, que é a própria aprendizagem.

Gostaria que nós, professores, e os outros também forçássemos a escola a assumir essa parte da responsabilidade. Acho que são muitas as afinidades que as pessoas colocaram, cada um pontuando vários aspectos.

O Deputado João Leite fala da questão do lúdico e que a escola não deve se resumir apenas a informar ou instruir.

Gostaria que compreendéssemos que, à luz de tudo que há de novo sobre ensino e aprendizagem, hoje, efetivamente, aprender é resolver problemas, e não memorizar informações, instruir-se, informar-se. É construir pensamentos inteligentes, e, para isso, o lúdico, o ligado à vida é essencial. E o que é mais sensacional hoje são as descobertas de que todos podem aprender, de que não existem pessoas que não nasceram com a sorte de ser inteligentes, de que a inteligência é um processo e ficamos inteligentes aprendendo. E, realmente, síndromicos de Down, lesionados cerebrais, autistas, todos estão aprendendo. Vimos coisas fantásticas, sobretudo, nos encontros de comemoração dos 100 anos de Piaget e de Vigotsky. Na Europa, pessoas que tiveram até a metade esquerda do cérebro retirada, estavam aprendendo tanto quanto os seus pares da mesma faixa etária.

Gostaria de dizer a vocês que me informaram, agora, que acaba de sair o caderno nº 8 do meu mandato, cujo título é "A Violência na Escola". Se alguém se interessar em recebê-lo, basta me passar o nome e o endereço, que farei a remessa, bem como a revista do GENPA, nº 6, que vai se chamar "A Não-Aprendizagem na Escola, a Violência Instituída". Assim poderemos aprofundar no assunto, na faixa da responsabilidade do encaminhamento do problema da violência, que é a produção da verdadeira aprendizagem na escola, que é a sua função precípua. Uma formação que, ao mesmo tempo em que é lógica, é dramática, é ética, é social.

O Sr. Marcos Vinícius - Bom-dia, senhoras e senhores; gostaria de colocar uma questão que acho extremamente importante. O problema da violência em nossa cidade, em nosso País, é tratado como se fosse apenas o armamento que está na população. Não se coloca como um problema social, um problema da miséria que hoje o povo brasileiro está sofrendo com o desemprego. Podemos ver o descaso com a juventude, com as crianças. Na nossa cidade, há numerosos menores nas ruas. Não podemos falar da violência referindo-nos apenas às armas. Temos de falar da exploração do homem pelo homem, que hoje se vê. Aquilo a que se visa não são as pessoas, mas o lucro. A prioridade da humanidade, em geral, é o lucro, lucro, lucro, e nada mais. Então, esse problema não vai ser resolvido enquanto não se resolver o problema do desemprego, do descaso com a sociedade, com a humanidade, enquanto não se tratar o problema da exploração do homem pelo homem, enquanto estiverem acontecendo coisas que não deveriam acontecer, como a que presenciamos em Betim. Os sem-casa, no terreno de Bandeirinhas, lutavam por um direito básico, que é a moradia, e foram massacrados. E, até hoje, não apareceram os culpados pela morte das duas pessoas. Do massacre de crianças infratoras, ocorrido no Taquaril, até hoje, não se apuraram os responsáveis, e ninguém foi punido. Ontem, vi, na TV Alterosa, uma mulher grávida sendo agredida por um policial militar, na região de Venda Nova. Enquanto ocorrerem fatos como esses, não será resolvido o problema da educação.

Os professores recebem uma miséria de salário; quando vão organizar sua luta para obter melhoria na educação, melhorando suas condições de trabalho, é anunciada a demissão de professores contratados.

Temos de incentivar o debate na escola. O debate não pode ocorrer só nesta Casa, deve ser realizado pela comunidade escolar, por estudantes e professores, para saber que tipo de educação queremos. É tratando a educação como uma das principais questões que existem no País que poderemos alcançar algum melhoramento. Não é só desarmando, tratando de questões superficiais que resolveremos o problema pela raiz. Temos de resolvê-lo como um problema social. Temos de pegar o problema pela base, discutindo-o mais, e partir para ações concretas.

Não adianta, por exemplo, ter a guarda municipal ou a polícia ir à escola fazer um trabalho contra as drogas, enquanto a televisão dissemina, faz apologia da droga. Na mesma hora em que lança uma campanha contra a droga, mostra um filme onde o cara legal é o maconheiro, o cara que usa drogas. Junto a isso, lança suas campanhas antiviolência. É necessário combater esse consumismo disseminado na mídia em geral e também investir mais na educação, nos professores, nos alunos, para que possamos atingir o objetivo de criar uma sociedade mais humana. Obrigado. (- Palmas.)

A Sra. Coordenadora - Obrigada, Marcos. É importante sua participação como jovem, como estudante, como colegial. Você pode estar certo de que tudo que colocou todos nós assinamos embaixo. Temos consciência de que teremos de trabalhar para mudar essa realidade. Não é um trabalho só da escola ou só da PM, mas de mudança de postura, de mudança do modelo econômico, de mudança da relação professor-aluno.

Enfim, muitos fatores estão envolvidos, por isso o grande desafio. Se fosse uma coisa fácil, a PM resolveria, mas não é. É uma questão muito mais ampla e muito mais complexa.

O Deputado Federal Átila Lira - Primeiro, quero cumprimentar a Deputada Maria Elvira, o Presidente da Assembléia Legislativa e todos os presentes. Já tive três experiências ligadas à questão da infância e da adolescência, com problemas sociais que ocorrem e terminam sendo transferidos para a escola.

Fui Secretário do Trabalho, quando trabalhei muito com a questão de crianças com problemas de conduta. Sempre vejo essa questão da violência como uma questão externa à escola, mas é inevitável que ela reflita dentro da escola. Os espaços coletivos mais importantes que temos são a família e a escola.

Os problemas que sempre enfrento nessas secretarias, pelo menos no meu Estado, são os de danos permanentes, mais relacionados à questão da natureza da criança, do jovem, como conservação das escolas. Mas essas questões todas estão ligadas.

Há também o problema da gestão escolar. Uma coisa que vejo que está prejudicando muito as escolas, que chega de fora, é o problema da droga. A droga, realmente, cada vez mais, se diversifica, há uma variedade cada vez maior, uma inovação constante.

O que se nota também é que a urbanização e a cultura do consumo são questões que chegam às escolas e levam à frustração, sobretudo por não se poder consumir. Isso está relacionado com a questão da exclusão social.

Às vezes, estou mais com esse menino do que com muita gente que falou aqui. A questão da apropriação, do modo de produção, uma vez que a sociedade é muito intensa, em um sentido ou outro, se ela é mais social, tem muito mais condições de encarar essas questões. Vejo a necessidade de fortalecer muito a escola no que diz respeito à questão do professor, para enfrentar a modernidade, o mundo que, cada vez mais, se aproxima de um para outro, promovendo a cultura de todas as formas possíveis, inclusive a da violência. É importante preparar a escola nessas questões pontuais, sobretudo de conduta, para enfrentá-las com novos profissionais, de todas as áreas, sobretudo as ligadas a questões de formação individual. Se praticarmos uma pedagogia humana, mais solidária, mais coletiva, a escola poderá dar uma grande contribuição para a sociedade. A violência não é da escola, a violência é o ambiente da escola. Vejo uma sociedade humana, solidária, coletiva, mais social-democrata, mais socialista, acredito que possa se preparar mais para enfrentar o mundo do individualismo. Era isso que queria dizer.

A Sra. Coordenadora - Muito obrigada, Deputado Átila Lira. Novamente, V. Exa. repetiu a cultura da não-violência, com que todos estamos preocupados. Em Minas, todo esse material já está sendo providenciado e estará à disposição das escolas. Está sendo preparado com o apoio da Assembléia e também do Fórum de Mulheres do MERCOSUL.

A Gizélia Moraes da Silva, da Associação Comunitária do Bairro Funcionários, sócia do Clube de Maturidade, diz que, além da violência nas escolas, gostaria também que fosse feito um debate sobre a violência contra os idosos. Quero dizer à Gizélia que, na Câmara, existe uma Frente Parlamentar dos Idosos, cujo coordenador é o Deputado Fernando Coruja, a quem levarei essa proposta, para que a Frente se mobilize e faça alguma coisa.

A Sra. Maria Cândida Caillaux - O tema hoje é "Violência nas Escolas". Mas, como educadores, precisamos aprender a trabalhar a mente também para o lado positivo. O problema da violência não é generalizado, em todas as escolas. Precisamos divulgar também o que de bom tem acontecido nas escolas. Notícia ruim vai longe, tudo o que é ruim vai depressa, mas o que é bom fica escondido. Ninguém faz um elogio, ninguém fala de um acontecimento bom em uma escola.

Considerando aquele tom solene, até fúnebre, para falar sobre a violência, e observando o rapaz falando tanta coisa negativa, paramos para perguntar o que o jovem de hoje sabe falar sobre o positivo. Se fizermos essa pergunta a uma criança, em meio a tanta notícia ruim que traz, é difícil a criança, por menor que seja, saber falar o que é bom. Nós, educadores, precisamos trabalhar essa consciência e inverter a situação, colocar brilho e alegria nas palavras, solidariedade, amor, esperança, fé. Vamos acreditar que, unidos, poderemos modificar alguma coisa. Vamos esquecer esse tom fúnebre de achar que está tudo ruim, que está tudo pior. Há muita coisa boa acontecendo, sim, e precisamos valorizar o que de

bom está acontecendo. Precisamos ter otimismo suficiente para ver que podemos mudar, que nossos alunos podem mudar. Em meio a tantas coisas ruins que a imprensa passa para nós, podemos construir coisas boas também. Muito obrigada. (- Palmas.)

A Sra. Coordenadora - Obrigada, professora. Foi muito bem colocado. É uma lembrança muito oportuna, neste momento. Queremos registrar a presença também da União Metropolitana de Estudantes Secundários de BH, que estão dando o maior apoio aos estudantes da Região Metropolitana de Belo Horizonte. O Centro Federal de Educação Tecnológica, o CEFET de Minas Gerais, por intermédio da Sandra Maria Pinheiro Salomão, saúda a realização deste evento que discute a violência nas escolas pela Assembléia Legislativa, pela Comissão, e todas as iniciativas e propostas apresentadas pelos Deputados, grupos organizados contra a violência na família, na escola, nos meios televisivos, enfim, na sociedade como um todo. O Ananias, da ASPA Santa Luzia - Associação de Pais e Alunos, está reclamando. Ele foi convidado para fazer um debate e não apenas fazer perguntas. Ananias, eu acho que não é bem exatamente o que você está pensando. Aqui foram colocadas várias contribuições, não apenas perguntas, inclusive pelos membros do Plenário. O Joel Perpétuo, da Associação dos Suplentes de Deputados e de Vereadores de Minas Gerais, diz o seguinte: "Há a possibilidade de uma árvore ter bons frutos, se não proteger as suas raízes? Os policiais estão desprotegidos. Os professores, sem salário. Os pais, sem empregos". Também compartilhamos sua indignação. Somos solidários com você. Essa pergunta é dirigida à minha pessoa: "Quando seria feita uma lei sobre a pichação dentro e fora das escolas? É urgente?" Não sei quem perguntou, quem colocou isso, mas também é algo que precisamos pensar, nós, que estamos dentro da escola e nós que estamos fora da escola, uma administração municipal. Já existem algumas formas de coibir essa pichação, que é um ato de violência. É a poluição visual das nossas cidades.

A Sra. Neila Batista - Boa-tarde a todos. Na verdade, seria um pouco na linha do que a Diretora da Escola Sandoval falou. Quero fazer um convite, porque já viemos, há dois meses, desde a implantação do Conselho Municipal de Defesa Social, procurando fazer uma articulação dos diversos setores municipais, entidades, para discutirmos questões relativas à defesa da vida e da cidadania. É um pouco a função desse Conselho Municipal de Defesa Social. Nesse sentido, estamos organizando um ciclo de debates para acontecer nos dias 1º e 2 de julho, exatamente na linha da desconstrução da violência. Acho que é necessário que falemos da violência, identifiquemos suas causas, pensem alternativas, mas achamos que é fundamental mostrar aquilo que está acontecendo de positivo e que vai exatamente na contramão disso que é muito divulgado.

Então, achamos, por exemplo, que a violência e os atos graves precisam ser divulgados. Sou contra a censura, acho que, junto ao anúncio de uma coisa ruim que aconteceu numa escola, é preciso colocar uma experiência extremamente positiva. Então, nesse ciclo de debates, vamos estar fazendo uma amostra de experiências positivas das redes públicas municipal e estadual de ensino de Belo Horizonte, que vão exatamente na contramão, mostrando o seguinte: olha, há violência, ela não é essa coisa alarmista que se divulga, até porque isso vende. É preciso, às vezes, até diferenciar. Criticamos a mídia, e acho que nela há uma série de coisas que precisam ser consertadas, sim. Há uma diferença. Acho que precisamos chamar muito a atenção dos editores e dos donos de jornais. Estes, sim, são responsáveis pelo que se publica; muitas vezes, o jornalista vai, empenha-se, faz uma boa reportagem, mas não é isso o que vende. Então, publica-se aquilo que vende, que, às vezes, é sangue.

Então, estamos fazendo esse ciclo de debates com a mostra de experiência da rede pública de ensino. Ele é aberto a todos. Gostaríamos que os pais, as entidades comunitárias, as autoridades dos poderes públicos municipal, estadual e federal estivessem presentes e educadores. Seria exatamente para mostrar que existem experiências, muitas, milhares, milhões, que são muito boas, e queremos que isso ganhe espaço, ganhe coração e mente. É esse o nosso desejo. Será no dia 1º e 2 de julho, das 9 às 18 horas, na Faculdade de Medicina da UFMG. Muito obrigada.

A Sra. Coordenadora - Exatamente na linha colocada pela Profa. Caillaux; inclusive, tenho em mãos, da Coordenadoria de Direitos Humanos, um convite para um evento, "Diálogo com a Cidade", quando será discutido o projeto BH contra a Violência, dia 30 de junho, às 9 horas da manhã, no Salão Nobre da Prefeitura. Esperamos lá estar.

O Deputado Federal Gilmar Machado - Na pessoa da Deputada Maria Elvira, saúdo a todos. Para mim é uma alegria muito grande voltar a usar o microfone da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, o que fiz por oito anos consecutivos, como Deputado Estadual.

É muito bom rever amigos, amigas e o pessoal da Taquigrafia que deve estar feliz por saber que vou falar por apenas 3 minutos. Demos muito trabalho a eles.

Está sendo uma experiência gratificante participar deste debate. Sob a presidência da Deputada Maria Elvira, na Comissão de Educação da Câmara Federal e nas subcomissões ali organizadas, temos trabalhado bastante. Faço parte da Subcomissão de Desporto, e gostaria de dizer, em relação à questão levantada pelo Deputado João Leite, que vamos apresentar à Comissão, como um todo, uma proposta referente à educação física, no âmbito nacional.

Hoje, pensa-se que os problemas do Brasil serão resolvidos com cortes que atingem o servidor público. Parece que o servidor público é o responsável por todas as mazelas do País. Esse é um problema que precisamos enfrentar.

A Subcomissão do Desporto está trabalhando no sentido de recuperar a educação física neste País. Teremos um encontro com os professores de educação física, vamos discutir propostas para alterar a legislação, de modo a obrigar todos os Estados a voltarem a ter educação física no currículo escolar, não só da 1ª à 4ª séries, mas, também, no ensino noturno. Tínhamos esse espaço e o estamos perdendo. Precisamos lutar para resgatá-lo.

Outro ponto é o que a Profa. Magda Campbel muito bem colocou. Estamos para encerrar os debates sobre o Plano Nacional de Educação, que tem como relator o Deputado Nelson Marchesan. Depois, vamos votar a ampliação do tempo da criança na escola.

O tempo de permanência de nossas crianças na escola é muito curto. Na maior parte dos países não é isso que acontece. Não adianta, no entanto, aumentar esse tempo, sem que se promovam condições para a criança desenvolver atividades na escola.

Vamos discutir o tempo de permanência do aluno na escola, mas solicitando mais espaço e mais profissionais bem-remunerados e estimulados.

Não posso concluir, sem antes dizer que me deixa feliz a nova visão da Secretaria de Estado da Educação no que diz respeito aos grêmios escolares. A Secretaria, que praticamente os liquidou no passado, está estimulando sua reativação. Só não se extinguiram onde os estudantes opuseram resistência.

Fico muito feliz com essa nova orientação da Secretaria de Estado da Educação, pois os grêmios constituem um espaço importante de participação e de atuação da nossa juventude. Um grêmio atuante numa escola traz a integração com a comunidade local. Parabéns, portanto, a Secretaria por essa iniciativa.

Ao Vereador Betinho, deixo a certeza de que a prioridade da Comissão de Educação da Câmara Federal, no segundo semestre, será a discussão das regulamentações, não para a criação da censura, mas para a criação de um código de ética para a televisão e para as rádios brasileiras. Muito obrigado.

A Sra. Coordenadora - Queremos dar o testemunho do trabalho do Deputado Gilmar Machado na Comissão de Educação e na área de desportos. Realmente foi um lapso, um erro crasso do Governo ter acabado com a educação física nas escolas. Erros devem ser corrigidos. Inclusive, hoje, às 16 horas, esta Comissão terá uma audiência com o Governador Itamar Franco. Aproveitaremos esse espaço para levar algumas preocupações.

Registro a presença do Movimento Rare Krishna, na pessoa do monge Krishna Kishava. Ele diz que, segundo a filosofia védica, o princípio da violência vem da alimentação, ou seja, do ato de comer carne, proveniente da matança de animais. É algo sobre o que deveríamos refletir. Coincidentemente, não como carne há seis anos. Fico muito feliz de ter a presença do monge fazendo essa consideração. É uma coisa para pensarmos. Inclusive, é muito bom para a saúde deixar de comer carne.

A Sra. Sueli Medeiros Rocha, da Escola Estadual Profª Lígia Maria Magalhães, em Contagem, coloca a seguinte questão: "Como educar os nossos alunos, a quem dedicamos 24 horas por dia, tentando levantar sua auto-estima, se a própria sociedade não respeita seus Diretores e professores? A violência não está maior porque a escola ainda é o maior amparo desses jovens. Precisamos, portanto, das portas abertas da Assembléia Legislativa para discutir e conseguir parcerias. Precisamos de ter vocês, Deputados, junto das nossas escolas. Convido-os a fazer visitas constantes a esses estabelecimentos para ver as necessidades de cada uma."

As Sras. Tânia, da Escola Municipal Profª Ondina Nobre, e Florisbel, da Escola Presidente Tancredo Neves, dizem o seguinte: "Um dos passos importantes para ajudar a acabar com a violência na sociedade, na nossa opinião, seria a televisão. Se ela contribui com a violência na maioria de seus programas, porque não reverte a sua ação, elaborando programas que puguem amor, solidariedade e amizade? Seria uma grande ajuda".

Sem dúvida, o problema é que o que se vende mais na televisão é justamente o sangue, a pornografia, o erotismo, é a mulher mergulhando na banheira para pegar o sabonete junto com outro homem. Infelizmente, é isso que dá "IBOPE", que vende publicidade e que dá dinheiro para a rede. A sociedade deve se unir e ter forças para dizer "não". A concessão é pública. Foi o dinheiro do povo que deu aquela concessão. Por que usar essa concessão para fazer mal ao povo e a nossa família? Precisamos nos unir para ganhar essa batalha.

A Sra. Maria da Conceição Pereira Fernandes, da Escola Prof. Leopoldo Miranda, de Diamantina, pergunta o seguinte: "Toda grande ação é composta de pequenas ações. Um passo para a diminuição da violência não seria uma ação dos Governos com o fornecimento de merenda de qualidade e material escolar para os alunos que estão cada vez mais carentes? Essa não será a maior violência sofrida por educadores e alunos?" Você quer dizer mais alguma coisa ou está bem assim?

A Sra. Maria da Conceição Pereira Fernandes - Além de todos os levantamentos feitos, entendemos que essa, é de fato, uma grande violência sofrida por nossos alunos, principalmente no vale do Jequitinhonha, onde o emprego já não existe, e a melhor alimentação é a merenda escolar.

Deparar-se com alunos para os quais, às vezes, a merenda é a única refeição do dia é uma enorme agressão. E, do jeito como está, pode ser que não tenhamos nem mesmo um prato de mingau, porque a verba está cada vez mais reduzida. Não há condições de se manter uma escola de 2.700 alunos com o que tem chegado às nossas escolas, com o material escolar e com a verba que recebemos, que antes era de assistência e manutenção e, hoje, se reduz ao pagamento de água e luz e nem para isso é suficiente.

Pensar em medidas maiores, quando as menores, mais simples - e nem por isso menos importantes - não são resolvidas, pode levar a que fiquemos um pouco descrentes quanto à real efetivação dessas ações maiores na sociedade brasileira, porque a violência acontece também por parte da escola, não intencionalmente, mas dessa forma já descrita.

A Sra. Coordenadora - Aproveito, professora, para dizer que uma das preocupações da Comissão de Educação é com o financiamento da educação. Estamos estudando esse assunto com base em números fornecidos pelos Ministérios da Fazenda e da Educação, porque essa é uma questão com a qual temos que nos preocupar também, já que tudo se origina dos recursos públicos.

Os Inspectores da 1ª SRE, representantes dos Municípios de Ibitaré e Pedro Leopoldo, agradecem pelo convite e parabensam pela realização do evento. Gostaríamos de ouvir agora a Deputada Federal Maria do Carmo Lara, ex-Prefeita de Betim, que, embora não fazendo parte da Comissão de Educação, aceitou, com muita honra para nós, o convite para estar conosco em Minas Gerais, acompanhando a comitiva, e que, sem dúvida alguma, tem uma grande vivência do município, porque foi Prefeita de um dos municípios mais importantes e mais populosos da Grande BH.

A Deputada Federal Maria do Carmo Lara - Uma boa tarde a todos! Cumprimento a todos os educadores presentes e a todos os senhores na pessoa da Presidente da Comissão de Educação, Deputada Federal Maria Elvira. Não voltarei à análise maior, que já foi feita. Queria colocar algumas questões importantes. A primeira é que a resistência à educação existe por causa da resistência dos próprios professores e trabalhadores em educação, apesar de, muitas vezes, contribuímos também para muitas dificuldades. Estou dizendo "nós" porque sou professora da rede estadual, tenho filhos nas redes municipal e estadual e faço questão de acompanhar de perto o nosso dia-a-dia, para que não falemos de um lugar no qual não vivemos.

Acho que estamos vivendo o problema do limite. E a questão do limite começa de um modo mais geral, e a escola e a família sofrem. Acho que a violência não é só na escola, mas também não é na família. É muito fácil acharmos que a família é a responsável pela violência. Sofremos isso diante de uma sociedade que não tem limite e que não tem decisão política para apoiar a educação na prática do dia-a-dia.

Quero fazer minhas palavras a respeito da escola prazerosa, que o Deputado mencionou, e também apoiar a questão do Prof. Bonifácio. Precisamos de compromisso político e de dar prioridade às crianças. A LDB coloca que os municípios devem apoiar as creches, mas não coloca que é dentro do limite da educação. São coisas práticas que nós, enquanto Deputados Federais, temos de fazer para contribuir.

Coloco também a questão de a escola estar integrada com todos os setores e a questão da escola digna. Gostaria que pudéssemos visitar, principalmente, as nossas escolas estaduais e, quem sabe, as municipais. Estou falando de uma realidade que vivo, porque em 1997 ainda trabalhei em sala de aula. As escolas não têm carteiras. Dizem que é por causa do Governo A, B ou C. É uma construção da história, isso não é de hoje. É muito fácil acusarmos o Governo A, B ou C. Tenho 25 anos de trabalho como educadora, e durante todo esse tempo tivemos problemas com carteiras, por exemplo. Tem prédio que não funciona. Aqui existe uma orientação do Anjo da Guarda, dizendo que se tem que trancar a escola direito, mas isso é quando ela tem janela e porta.

Temos de falar da realidade. Precisamos de apoio para ter condições físicas e materiais. Precisamos de apoio para aperfeiçoar a formação do professor e para termos lugares agradáveis. Todos nós, que compomos esta Mesa, temos que trabalhar para isso. A integração será prioridade no dia em que todos os Governos, municipais, estaduais e federal, priorizarem, de fato, a educação, independentemente de partido político, como um dos instrumentos fundamentais para o crescimento e o desenvolvimento do nosso País. Do contrário, ficaremos aqui discutindo a criação de polícia, de delegacia, disso ou daquilo, mas não vamos resolver nada. No dia em que nós, educadores, comunidade e órgãos públicos, acreditarmos que é possível amar o ser humano, dando-lhe comida, casa e escola, teremos uma escola diferente.

Para encerrar, quero dizer que hoje, antes de vir para cá, vi que o "Estado de Minas" e o "Hoje em Dia" publicaram matérias dizendo que o Brasil tem 50 mil crianças e adolescentes vivendo do lixo, catando lixo. Temos que refletir sobre isso. Essas crianças não estão na escola. Temos que ter escolas. Acho que temos que estudar a fundo esse processo da violência, para que possamos intervir na sociedade. Todos somos responsáveis e temos que promover as mudanças, a partir de nós e dos locais onde estamos. Muito obrigada.

A Sra. Coordenadora - Muito obrigada, Deputada Maria do Carmo Lara, muito lúcida e muito oportuna em suas considerações. Estamos chegando ao final da nossa reunião. Graças a Deus, percebemos que houve a participação de quase todos os inscritos. Restaram quatro perguntas que vou ler aqui, rapidamente. A Ângela Ramos e o Vicente Costa, que são Diretores da Escola Estadual José Elias Issa, de São José da Lapa, aqui pertinho, sugerem a revisão e a revogação do mecanismo legal que proíbe as escolas estaduais de exigir o uso do uniforme pelos alunos, por entenderem que esse é o instrumento identificador das pessoas que têm acesso às escolas e um fator de segurança para todos. Portanto, a Ângela e o Vicente colocam aqui a importância do uso do uniforme.

O arquiteto Sérgio de Paula manda uma sugestão bastante concreta para as escolas estaduais: a instalação, em pontos estratégicos, de câmaras de TV ligadas 24 horas por dia, as quais, além de inibirem os atos de violência, registrariam todas as ocorrências. O custo da instalação é relativamente baixo, e a manutenção é fácil.

A Associação de Pais e Alunos do Colégio Marconi, na pessoa da Sra. Magda Staropoli, diz o seguinte: "Paralisações, greves, dispensas mais cedo da escola provocam ociosidade. Isso pode gerar violência. Como o Governo pensa resolver, ou melhor, discutir a violência sem considerar a ausência do diálogo com o professor e o bom-senso nas negociações? A insatisfação do educador também é canal para a violência".

A Sra. Maria José Vieira Feres - Olha, acho que existe aí uma desinformação. A Secretaria da Educação tem negociado com o SINDI-UTE; é uma negociação que vem ocorrendo há cerca de três meses. Tivemos, inclusive, uma reunião anteontem. Essa reunião demorou cerca de seis horas, e conseguimos chegar a alguns pontos de acordo, que listei e mandei para o Sindicato, escrevendo: "Dez pontos de acordo, um ponto polêmico e dois de divergência em relação à Secretaria da Educação, ao encaminhamento das questões pedagógicas, questões de municipalização, questões funcionais". Então, quero fornecer a informação: a Secretaria da Educação tem uma política de diálogo permanente com o movimento sindical. Isso tem sido feito, as Superintendências Regionais de Ensino estão orientadas no mesmo sentido, bem como as escolas. Portanto, a nossa posição é de diálogo, é de construção conjunta.

A Sra. Coordenadora - A última colocação é da Escola Estadual Profª. Lígia Maria Magalhães, de Contagem: "Sueli de Medeiros Rocha parabeniza a iniciativa da Polícia Militar, dos Anjos da Guarda, e reafirma que as escolas públicas não são responsáveis pela violência na pessoa do Diretor, como vem sendo afirmado. É necessário maior violência do que as

próprias leis e estatutos, que dão cobertura ao jovem?"

Quero informar aos presentes que, na Câmara dos Deputados, em Brasília, está-se iniciando uma discussão sobre a questão do jovem de 16 anos. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, que respeitamos muito, o jovem de 16 anos é inimputável. Ele pode votar, mas, se cometer um crime eleitoral, não pode ser preso, não pode ser condenado. Nas favelas, os traficantes estão usando os jovens de 16 anos como "aviões", para transportar drogas, porque se forem pegos não serão presos. Há um grande movimento, hoje, para que o jovem de 16 anos possa dirigir. Esse é um pedido de uma grande parte dos jovens, porque em outros países isso acontece. Por outro lado, não há como autorizar a carteira de motorista aos 16 anos, porque o jovem é inimputável. Não estamos afirmando que o jovem de 16 anos seja criminalmente responsável. Estamos apenas discutindo com a sociedade, mas essa é uma posição de algumas entidades e de alguns Deputados. Creio que esse é um assunto, dentro do que está sendo falado aqui hoje, que deve ser discutido, porque do jeito que está não pode continuar. O jovem é responsável em algumas situações e não é em outras.

Antes de passar a palavra ao Deputado Viana, gostaria de agradecer, em nome da Comissão de Educação, a presença de todos que aqui vieram e dizer que, sem dúvida, esta manhã foi enriquecedora e trouxe subsídios, que estamos coletando em todo o Brasil, para um trabalho que fala, não da violência nas escolas, mas que fala da paz, da Agenda da Paz para as escolas e para todo o nosso povo, que é o que queremos construir junto com a UNESCO no ano 2000, que será o Ano Internacional da Paz. Agradeço novamente a participação de todos e peço ao Vereador Betinho Duarte que fique bem atento para o trabalho que vamos empreender no segundo semestre sobre a televisão. Convido todos para estarem em Brasília, no dia 30 de junho, para a reunião dos Secretários de Estado de todo o Brasil, também enfocando esse tema. Muito obrigada. (- Palmas.)

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - A Assembléia Legislativa iniciou hoje uma caminhada em busca de um grande objetivo: a redução na violência nas escolas, mas, principalmente, em todos os setores da sociedade. A luta e o trabalho irão continuar. A união de todos e a participação serão muito importantes.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência agradece a presença dos ilustres expositores e debatedores, das demais autoridades e participantes, bem como do público em geral e encerra a reunião, convocando os Deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, e para a especial, também de hoje, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 5ª REUNIÃO CONJUNTA DA MESA DA ASSEMBLÉIA E DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Às dez horas do dia vinte e cinco de maio de mil novecentos e noventa e nove, comparecem na Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia os Deputados José Braga, Dilzon Melo e Durval Ângelo, membros da Mesa da Assembléia; Márcio Cunha, Rêmollo Aloise, Mauro Lobo e Eduardo Hermeto, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária; e o Deputado Antônio Júlio, Corregedor. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado José Braga, declara abertos os trabalhos, e a ata da reunião anterior é lida e aprovada. Isto posto, o Presidente informa que a reunião tem por finalidade apreciar os processos de prestação de contas da aplicação dos recursos liberados por esta Casa a título de subvenção social, auxílios para despesas de capital e transferências a municípios, nos termos do art. 3º, III, da Lei nº 11.815, de 24/1/95, da Deliberação da Mesa nº 1.556 e das demais normas vigentes. Em seguida, os processos são distribuídos aos Deputados Antônio Júlio, Corregedor; Dilzon Melo, relator pela Mesa, e Rêmollo Aloise, relator pela Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, os quais, em conjunto, verificando as prestações de contas, cada um por sua vez, emitem pareceres pela aprovação dos processos das seguintes entidades: Associação Comun. Bairro Jardim São Geraldo, Associação Comun. Conj. Confisco Adjacências, Associação Comun. Lagoa Santo Antônio Bairros Adjacentes, Associação Comun. Nossa Sra. Amparo, Associação Comun. Primavera, Associação Comun. Santa Bárbara, Associação Moradores Amigos Vale Piracicaba, Associação Moradores Bairro Bela Vista - São Gonçalo Pará, Associação Moradores Bairros Rosário Padre Remaclo Foxius, Associação Moradores Detentores Imóveis São José Meio, Associação Pequenos Produtores Rurais Engenho, Associação Pequenos Produtores Rurais S. Barnabé C. I. Grande, Botafogo Futebol Clube, Caixa Escolar Deputado Manoel Costa, Caixa Escolar São Benedito - Muzambinho, Casa Amizade Sras. Rotarianos Congonhas, Primavera, Associação Comun. Santa Bárbara, Associação Moradores Amigos Vale Piracicaba, Rotarianos Amparo Idoso Serra Salitre, Loja Maçônica Cedros Libano, Obras Sociais Igreja Matriz Piedade Gerais, Prefeitura Municipal Caeté, Sociedade Lasafa, Tenda Espírita Nossa Sra. Glória. Submetidos a discussão e votação, são os pareceres aprovados, cada um por sua vez. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Mesa e da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária para a próxima reunião ordinária, determina que se lave a ata e encerra os trabalhos.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 1º de junho de 1999.

José Braga, Presidente - Dilzon Melo - Durval Ângelo - Mauro Lobo - Rêmollo Aloise - Olinto Godinho - Eduardo Hermeto - Antônio Júlio.

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CPI DOS FUNDOS DO PODER EXECUTIVO

Às dez horas e dez minutos do dia vinte e sete de maio de mil novecentos e noventa e nove, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Dinis Pinheiro, Rogério Correia, Mauro Lobo, Álvaro Antônio e José Milton, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Dinis Pinheiro, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Mauro Lobo, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros presentes. A Presidência esclarece que a finalidade da reunião é discutir e votar proposições da Comissão. O Deputado Rogério Correia, com a palavra, apresenta os seguintes requerimentos: 1 - em que pede seja convidado o Deputado Federal Gilmar Machado para prestar esclarecimentos sobre o FUNDEF, no que tange à sua aplicação em Minas Gerais; 2 - em que pede seja convidado o Sr. Luiz Tadeu Leite, Secretário de Estado de Justiça e Direitos Humanos para prestar informações sobre a utilização dos recursos do Fundo Penitenciário Estadual, seus possíveis desvios de aplicação e repercussões sociais consequentes; 3 - em que pede sejam solicitadas informações à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável sobre o uso dos recursos previstos nos fundos correspondentes às atividades daquela Secretaria, especificando suas repercussões econômicas e sociais, do 2º semestre de 1998 até a data atual; 4 - em que pede sejam solicitadas à Secretaria de Estado de Minas e Energia informações sobre o uso dos recursos previstos no Fundo Minerário-Metalúrgico, suas implicações econômicas e repercussões sociais, do 2º semestre de 1998 até a data atual; 5 - em que pede seja solicitado ao BDMG relatório contendo informações acerca dos contratos apoiados nos fundos e programas geridos pelo referido órgão; e 6 - em que pede sejam solicitadas à Secretaria de Estado da Fazenda informações sobre a discriminação de bens e serviços que foram pagos nos dias 29, 30 e 31 pela referida Secretaria aos recebedores arrolados em lista anexa. Colocados em votação, cada um por sua vez, são os requerimentos aprovados. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 17 de junho de 1999.

Dinis Pinheiro, Presidente - Rogério Correia - Mauro Lobo - Paulo Piau - Pastor George - Dimas Rodrigues.

ATA DA 9ª REUNIÃO Ordinária DA CPI dos fundos

Às dez horas e quinze minutos do dia vinte e quatro de junho de mil novecentos e noventa e nove, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Dinis Pinheiro, Álvaro Antônio, Maria Tereza Lara e José Milton, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Dinis Pinheiro, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento da Deputada Maria Tereza Lara, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e subscrita pelos membros presentes. A Presidência esclarece que a finalidade da reunião é ouvir o Sr. Marcos Pestana, ex-Secretário do Planejamento e Coordenação Geral, o qual não está presente. Os Deputados usam da palavra para manifestar sua perplexidade pela ausência do convidado, cuja presença havia sido confirmada à assessoria da Comissão. O Presidente sugere, então, que se faça a intimação do Sr. Marcos Pestana para reunião em data oportuna. Colocada em votação, sua sugestão é aprovada por três votos a favor e um voto contrário, do Deputado Álvaro Antônio. O Deputado José Milton registra a presença do Sr. Vicente Faria Paiva, Prefeito Municipal de Conselheiro Lafaiete. A Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 24 de junho de 1999.

Dinis Pinheiro, Presidente - Álvaro Antônio - Pastor George - Maria Tereza Lara - Dimas Rodrigues - Paulo Piau.

ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 49ª REUNIÃO ORDINÁRIA, EM 29/6/99

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

Interrupção da reunião para receber o Sr. Manoel Costa, Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação-Geral.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Parecer da Comissão Especial sobre a indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Weliton Eustáquio de Jesus para a Presidência da UTRAMIG. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Parecer da Comissão Especial sobre a indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Célio Gomes Floriani para o cargo de Diretor-Geral do IMA. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Requerimento nº 200/99, da Comissão de Educação, em que pede sejam solicitadas informações ao Secretário de Estado da Educação sobre a situação funcional dos professores dos cursos de nível médio de qualificação profissional extintos em decorrência de medidas adotadas por esse órgão. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Requerimento nº 203/99, da Comissão de Fiscalização Financeira, em que pede sejam solicitadas informações ao Secretário de Estado da Casa Civil sobre a documentação do contrato entre o Estado e a empresa SMP & B Comunicação, referente à publicidade do Enduro Internacional da Independência, realizado no ano passado. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Requerimento nº 204/99, da Comissão do Trabalho, em que pede sejam solicitadas informações ao Comandante da 85ª Companhia da Polícia Militar de Minas Gerais referentes às denúncias efetuadas por integrantes do Movimento Sem Terra, com as especificações que menciona. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Requerimento nº 205/99, do Deputado Márcio Kangussu, em que pede sejam solicitadas informações ao Secretário do Planejamento e Coordenação-Geral e ao Presidente da TURMINAS sobre a perspectiva de inserção do vale do Jequitinhonha no Programa de Desenvolvimento do Turismo - PR0DETUR. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Requerimento nº 212/99, do Deputado Ailton Vilela, em que pede sejam solicitadas informações ao Diretor-Geral do DER -MG e à Secretaria de Transportes e Obras Públicas sobre o cumprimento do cronograma de obras de duplicação da Rodovia Fernão Dias - BR.381, correspondente à segunda etapa, especialmente no trecho situado entre os Municípios de Carmo da Cachoeira e Campanha. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 154/99, do Governador do Estado, que altera a redação do art. 6º da Lei nº 11.406, de 28/1/94, que reorganiza a autarquia Instituto de Previdência dos Servidores Militares do Estado - IPSM, introduz alterações na estrutura orgânica de Secretarias de Estado e dá outras providências. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Administração Pública opinou pela sua aprovação com as Emendas nºs 1 e 2, que apresentou. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Administração Pública que opina pela aprovação da Emenda nº 3, ficando prejudicada a Emenda nº 2, da Comissão de Administração Pública, e pela rejeição do Substitutivo nº 1.

Discussão, em 1º turno, a Proposta de Emenda à Constituição nº 1/99, do Deputado Sebastião Navarro Vieira, que dá nova redação ao art. 69 da Constituição Estadual. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.069, que altera a redação do art. 3º da Lei nº 11.721, de 29/12/94, que cria e transforma cargos no Quadro de Pessoal da Educação, e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Resolução nº 18/99, do Deputado Ambrósio Pinto, que aprova convênio celebrado entre os Municípios de Visconde do Rio Branco e São Geraldo, para modificação de limite territorial. A Comissão de Assuntos Municipais opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 39/99, do Deputado Luiz Fernando Faria, que extingue as Regiões Administrativas no Estado de Minas Gerais. A Comissão de Justiça perdeu o prazo para emitir parecer. A Comissão de Assuntos Municipais opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 89/99, do Deputado Miguel Martini, que altera a Lei nº 12.919, de 30/6/98, que dispõe sobre os concursos de ingresso e de remoção nos

serviços notariais e de registro, previstos na Lei Federal nº 8.935, de 18/11/94, e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 90/99, do Deputado Miguel Martini, que institui o selo de fiscalização dos atos notariais e de registro e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Administração Pública opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 187/99, do Deputado Rogério Correia, que institui o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público Estadual, revoga a Lei nº 5.719, de 22/6/71, e dá outras providências. O parecer da Comissão de Justiça, pela inconstitucionalidade do projeto, foi rejeitado pelo Plenário. A Comissão de Administração Pública perdeu o prazo para emitir parecer. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 238/99, do Governador do Estado, que fixa a remuneração do cargo de Auditor-Geral do Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Administração Pública opina por sua aprovação com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Administração Pública.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 262/99, do Deputado Márcio Cunha, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel à Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 10/99, do Deputado Dilzon Melo, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Varginha o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 28/99, da Deputada Maria José Hauelsen, que declara a Cachoeira do Tombo da Fumaça patrimônio paisagístico e turístico do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 30/99, do Deputado Márcio Kangussu, que altera a Lei nº 12.992, de 30/7/98, que dispõe sobre renegociação da dívida dos municípios e do Estado com o IPSEMG. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 84/99, do Deputado João Leite, que acrescenta parágrafo ao art. 1º da Lei nº 13.054, de 23/12/98, que dispõe sobre o transporte de preso provisório e dá outras providências. A Comissão de Direitos Humanos opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 15ª reunião ordinária da comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, a realizar-se às 10 horas do dia 29/6/99

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 4/99, do Deputado Sávio Souza Cruz; 43/99, do Deputado Antônio Júlio; 151/99, da Deputada Maria Olívia; Projeto de Resolução nº 408/99, do Deputado Alberto Pinto Coelho, e Projeto de Lei nº 130/99, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 30/6/99

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 204/99, do Deputado Jorge Eduardo de Oliveira.

No 2º turno: Projetos de Lei nºs 20/99, dos Deputados Durval Ângelo, Maria Tereza Lara e Rogério Correia; 333/99, do Governador do Estado.

Finalidade: ouvir o Sr. Ivan Ribeiro de Oliveira, Presidente da TELEMAR-MG, que prestará informações sobre os trabalhos da companhia, bem como sobre a existência de planos de expansão que visem atender à crescente demanda para instalação de novas linhas telefônicas, principalmente no interior do Estado, e apreciar a matéria constante na pauta.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 9ª reunião ordinária da comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, a realizar-se às 10 horas do dia 30/6/99

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 97/99, do Deputado Wanderley Ávila; 172/99, do Governador do Estado; 257/99, do Deputado Eduardo Hermeto.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 277/99, do Deputado Durval Ângelo; 308/99, do Deputado Alberto Pinto Coelho.

Requerimentos nºs 411 a 414/99, da Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia.

Realização de debate sobre o acúmulo de cargos de professores do Estado, com a presença dos seguintes convidados: Srs. Murílio Hingel, Secretário da Educação, e Sávio Souza Cruz, Secretário de Recursos Humanos e Administração; Sras. Dione Maria Drumond Gervásio, Diretora da 24ª SRE, e Ana Maria Gomes Caríssimo, Diretora da 33ª SRE.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 12ª reunião ordinária da comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial, a realizar-se às 10 horas do dia 30/6/99

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 279/99, do Deputado Doutor Viana.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 392/99, do Deputado Márcio Kangussu; 368/99, do Deputado Doutor Viana.

Finalidade: apreciar a matéria constante na pauta e discutir a situação da pecuária na chamada Área Tampão e as alternativas para o impasse criado por sua exclusão da Área Livre de Febre Aftosa no Estado.

Convidados: Secretário de Agricultura e representantes das seguintes entidades: FAEMG; IMA; CREDIMINAS; Sindicatos Rurais de Joáima, de Almenara, de Curvelo, de Montes Claros e de Governador Valadares; Associações Mineiras de Criadores de Zebu e de Nelore, de Curvelo; e Cooperativa de Agropecuária de Curvelo.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 13ª reunião ordinária da comissão de Direitos Humanos, a realizar-se às 9h30min do dia 30/6/99

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 340/99, do Deputado Carlos Pimenta.

No 2º turno: Projeto de Lei nº 57/99, do Deputado João Leite.

Em turno único: Projeto de Lei nº 371/99, do Deputado Chico Rafael.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 394/99, dos Deputados João Leite, João Paulo e Rogério Correia; 348/99, do Deputado Antônio Carlos Andrada; 405/99, da Comissão de Direitos Humanos; e 406, 407, 408, 409 e 410/99, do Deputado João Leite.

Finalidade: averiguar casos de denúncias de violência policial recebidas por esta Comissão, avaliar o trabalho desenvolvido pela Ouvidoria de Polícia de Minas Gerais e apreciar a matéria constante na pauta.

Convidados: Deputado Mauro Lopes, Secretário da Segurança Pública do Estado de Minas Gerais; Sr. José Roberto Rezende, Ouvidor-Geral de Polícia de Minas Gerais; e Cel. Mauro Lúcio Gontijo, Comandante-Geral da PMMG.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 15ª reunião ordinária da comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais, a realizar-se às 15 horas do dia 30/6/99

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 302/99, do Deputado Sebastião Navarro Vieira.

No 2º turno: Projeto de Lei nº 16/99, da Deputada Maria José Haueisen e do Deputado Rogério Correia.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nºs 371/99, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 398/99, do Deputado Chico Rafael.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 14ª reunião ordinária da comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, a realizar-se às 15 horas do dia 30/6/99

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: debater a aplicação da Lei nº 11.403, de 21/1/94, que dispõe sobre a reorganização do DER-MG e dá outras providências.

Convidados: Srs. Ronaldo Guimarães Gouveia, Diretor de Transporte do DER-MG; Antônio Sérgio Tonet, Diretor da Promotoria Especializada na Defesa do Patrimônio Público; e Marco Aurélio Flores Carone, Presidente da Associação Mineira dos Usuários de Transporte de Passageiros e Carga.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, inciso XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembléia para as 20 horas do dia 29 de junho de 1999, destinada à apreciação dos projetos de Lei nºs 154/99, do Governador do Estado, que altera a redação do art. 6º da Lei nº 11.406, de 28/1/94, que reorganiza a autarquia Instituto de Previdência dos Servidores Militares do Estado, introduz alterações na estrutura orgânica de Secretarias de Estado e dá outras providências; 39/99, do Deputado Luiz Fernando Faria, que extingue as Regiões Administrativas no Estado de Minas Gerais; 89/99, do Deputado Miguel Martini, que altera a Lei nº 12.919, de 30/6/98, que dispõe sobre os concursos de ingresso e de remoção nos serviços notariais e de registro, previstos na Lei Federal nº 8.935, de 18/1/94, e dá outras providências; 90/99, do Deputado Miguel Martini, que institui o selo de fiscalização dos atos notariais e de registro e dá outras providências; 187/99, do Deputado Rogério Correia, que institui o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público Estadual, revoga a Lei nº 5.719, de 22/6/71, e dá outras providências; 238/99, do Governador do Estado, que fixa a remuneração do cargo de Auditor-Geral do Estado; 262/99, do Deputado Márcio Cunha, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel à Universidade do Estado de Minas Gerais; 10/99, do Deputado Dilzon Melo, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Varginha o imóvel que especifica; 28/99, da Deputada Maria José Haueisen, que declara a Cachoeira do Tombo da Fumaça patrimônio paisagístico e turístico do Estado de Minas Gerais; 30/99, do Deputado Márcio Kangussu, que altera a Lei nº 12.992, de 30/7/98, que dispõe sobre renegociação da dívida dos municípios e do Estado com o IPSEMG; e 94/99, do Deputado João Leite, que acrescenta parágrafo ao art. 1º da Lei nº 13.054, de 23/12/98, que dispõe sobre o transporte de preso provisório e dá outras providências; da Proposta de Emenda à Constituição nº 1/99, do Deputado Sebastião Navarro Vieira e outros, que dá nova redação ao art. 69 da Constituição Estadual; do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.069, que altera a redação do art. 3º da Lei nº 11.721, de 29/12/94, que cria e transforma cargos no quadro de pessoal da educação, e dá outras providências; e do Projeto de Resolução nº 18/99, do Deputado Ambrósio Pinto, que aprova convênio celebrado entre os Municípios de Visconde do Rio Branco e São Geraldo, para modificação de limite territorial; e à discussão e à votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 28 de junho de 1999.

Anderson Aduino, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial do Grande Hotel de Araxá

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Ailton Vilela, Luiz Fernando Faria, Alencar da Silveira Júnior e César de Mesquita, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 30/6/99, às 14h30min, no Plenarinho I, com a finalidade de se ouvirem os Srs. Caio Luiz de Carvalho, Presidente da EMBRATUR; Paulo Pedrosa, Presidente do Sindicato dos Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares; Cícero Lage, Presidente da Associação Brasileira das Agências de Viagem; e Fernando Lana e Souza, Presidente da TURMINAS, que debaterão sobre o tema objeto da Comissão.

Sala das Comissões, 28 de junho de 1999.

Rêmolo Aloise, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para, no Prazo de 60 Dias, Proceder a Estudos sobre o Endividamento do Estado.

Nos termos regimentais, convoco os Deputados, Mauro Lobo, Maria Tereza Lara, Paulo Pettersen e Paulo Piau, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em

1º/7/99, às 16 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se ouvir o Deputado Federal Aloisio Mercadante.

Sala das Comissões, 28 de junho de 1999.

Eduardo Hermeto, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 308/99

Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia

Relatório

De autoria do Deputado Alberto Pinto Coelho, o Projeto de Lei nº 308/99 tem por objetivo declarar de utilidade pública a Fundação Castro Ferreira, com sede no Município de Carmo do Rio Claro.

A matéria foi objeto de exame preliminar na Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade.

Cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre o projeto, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

Instituída em 24/9/96, no Município de Carmo do Rio Claro, a Fundação Castro Ferreira vem desde então prestando valiosos serviços à coletividade local, especialmente os voltados à área cultural. Assim, promove e incentiva estudos e pesquisas direcionados para o conhecimento e a difusão da cultura mineira, fornecendo bolsas de estudo, totais ou parciais, a estudantes carentes. Tais iniciativas tornam a entidade merecedora do título declaratório de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 308/99 na forma proposta.

Sala das Comissões, 28 de junho de 1999.

Antônio Carlos Andrada, relator.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 29/99

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Relatório

O Projeto de Lei nº 29/99, do Deputado Márcio Kangussu, tem por escopo alterar dispositivos da Lei nº 11.085, de 30/4/93, que cria o Fundo SOMMA, cujos recursos são aplicados na área de saneamento ambiental e na organização e modernização dos municípios.

Uma vez distribuído, o projeto recebeu parecer pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da Comissão de Constituição e Justiça. Ouvida a Comissão de Assuntos Municipais, esta apresentou parecer favorável na forma do Substitutivo nº 1. Resta agora à Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, nos termos do Regimento Interno, emitir parecer quanto aos aspectos financeiros da proposição.

Fundamentação

Por intermédio da Lei nº 11.085, foi criado o Fundo para o Programa de Saneamento Ambiental, Organização e Modernização dos Municípios - SOMMA -, que dispõe de competência para, entre outras coisas, financiar a implementação de programas de infra-estrutura urbana e a expansão da capacidade de investimento do município.

O Fundo em referência tem natureza rotativa, ou seja, os recursos aplicados deverão retornar, monetariamente corrigidos e remunerados, a fim de novamente serem aplicados em benefício de outros clientes.

Em 31/12/97, o Fundo contabilizava, na rubrica Devedores por Empréstimos e Financiamentos, a quantia de R\$133.683.218,77. Em 1998, foram concedidos mais R\$32.122.607,00 como empréstimos. Em 31/12/98, o saldo de caixa do Fundo era de R\$38.161.537,98.

A integralização inicial do Fundo foi feita com recursos advindos de operação internacional de financiamento efetuada com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BIRD -, completamentada por recursos aportados pelo Tesouro Estadual, a título de contrapartida. Inicialmente, em virtude das dificuldades de caixa do Governo, o Banco participou com maiores parcelas.

Pela lei vigente, na concessão de financiamentos com recursos do Fundo deverão ser observadas as possibilidades de efetivo retorno econômico e financeiro do empreendimento agrariado.

As taxas de juros a serem cobradas não podem ultrapassar 12% ao ano, aí incluídos 4% a título de remuneração do agente financeiro, que é o BDMG, empresa pública componente da administração indireta do Poder Executivo e vinculada à Secretaria da Fazenda. O prazo de carência está limitado a 3 anos e o de amortização não pode ultrapassar 12 anos.

A taxa de juros efetivamente praticada tem variado entre 9,18% e 10,10% ao ano, computando-se a remuneração do BDMG, fixada em 3% ao ano, sobre o saldo devedor.

Nos termos da proposição, a taxa de juros não poderá ultrapassar 7,5% ao ano. Como o BDMG é ressarcido em 3% ao ano, a remuneração do eventual agente que disponibilize recursos para o Fundo não será superior a 4,5% ao ano. Além disso, o projeto também eleva o prazo de financiamento para até 30 anos. As novas condições de juros e de prazo devem atingir o saldo devedor relativo aos financiamentos já concedidos às Prefeituras. Como são contratos internacionais firmados pelo Estado, a simples aprovação de lei pela Assembléia Legislativa não tem o poder de alterar as condições pactuadas e que foram autorizadas e aprovadas anteriormente pelo Poder Legislativo. Restaria ao Executivo estadual

tão-somente honrar os compromissos assumidos junto aos organismos internacionais, cobrar menos das Prefeituras, conforme as condições propostas no projeto de lei, e repassar ao Tesouro Estadual o ônus da diferença.

Atenta a esses aspectos da proposição original, a Comissão de Assuntos Municipais apresentou o Substitutivo nº 1, que faz a adequação da proposição à realidade da administração dos recursos aplicados pelo Fundo. Nesse sentido, são conferidas ao agente financeiro condições legais para renegociar com as prefeituras inadimplentes a dilação dos prazos de pagamento das amortizações dos empréstimos e a redução de multa contratual e de juros de mora. Essa renegociação fica dependente da aprovação prévia do BDMG, conforme relatório técnico que considere, entre outros fatores, a queda da arrecadação do município.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 29/99, no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Assuntos Municipais.

Sala das Comissões, 23 de junho de 1999.

Márcio Cunha, Presidente - Rogério Correia, relator - Miguel Martini - Mauro Lobo - Olinto Godinho - Rêmoló Aloise.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

Ato da Presidência

Nos termos do art. 54, III, §§ 1º e 7º, do Regimento Interno, a Presidência concede licença para tratamento de saúde ao Deputado Sebastião Costa da Silva, matrícula 5923-4, no período de 17/6/99 a 18/6/99.

Mesa da Assembléia, 24 de junho de 1999.

José Braga, 1º-Vice-Presidente.

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: TV Globo Ltda. Objeto: veiculação de programa televisivo diário sobre o Poder Legislativo. Objeto deste aditamento: prorrogação por 1 ano. Dotação orçamentária: 3.1.3.2.

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: CBH - Canal de Belo Horizonte Ltda. Objeto: veiculação de programa televisivo diário sobre o Poder Legislativo. Objeto deste aditamento: formalização contratual de alteração da razão social da contratada.

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Almeida & Galvão Associados Ltda. Objeto: sinopse de matérias referentes à Assembléia Legislativa publicadas em periódicos. Objeto deste aditamento: ampliação do objeto. Vigência: a partir da assinatura. Dotação orçamentária: 3.1.3.2.

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Elevadores Atlas S.A. Objeto: prestação de serviços de técnicos especializados em reparos, manutenção e conservação em 12 elevadores instalados no Palácio da Inconfidência e Edifício Tiradentes. Objeto deste aditamento: 1ª prorrogação e inclusão de cláusula definindo o IGP-DI como índice de reajuste anual. Dotação orçamentária: 3.1.3.2.

TERMO DE DISTRATO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Divisa Divisórias Ltda. Objeto: cancelamento do contrato de prestação de serviços de fornecimento e instalação de divisórias e outros equipamentos.

RESULTADO DE JULGAMENTO DE LICITAÇÃO

Convite nº 17/99 - Objeto: aquisição de HUB, suporte para cartucho de tinta para impressora HP660C, leitoras de CD, placas de som para PC e impressoras HP695. Licitantes vencedoras: RG Tecnologia e Informática Ltda. (subitem 1.2), Licitbem Comercial Ltda. (subitem 1.5) e CCS Informática Ltda. (subitens 1.3 e 1.4). Desclassificadas: continuam desclassificadas todas as propostas apresentadas no que concerne ao subitem 1.1.

ERRATA

ATA DA 46ª REUNIÃO ORDINÁRIA, EM 22/6/99

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 24/6/99, na pág. 43, col. 1, sob o título "REQUERIMENTOS", no despacho do Requerimento nº 416/99, onde se lê:

"(- À Comunicação de Administração Pública.)", leia-se:

"(- À Comissão de Administração Pública.).

Após o resumo do Requerimento nº 418/99, inclua-se o seguinte despacho:

"(- Distribuídos à Comissão de Transporte.)."

Após o resumo do Requerimento nº 419/99, inclua-se o seguinte despacho:

"(- À Comissão do Trabalho.)".

E, no despacho do Requerimento nº 420/99, onde se lê:

"(- Distribuídos à Comissão de Transporte.)", leia-se:

"(- À Comissão de Transporte.)".